

# POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - e-mail: [povolivre@psd.pt](mailto:povolivre@psd.pt)

José Luís  
Moreira da Silva

## Editorial

### O OUTRO ORÇAMENTO

O Governo apresentou o seu Orçamento para 2007. Fê-lo como o do ano anterior e o rectificativo de 2005. Pensou especialmente nas receitas que ainda pode almejar cobrar aos portugueses num último esforço de desespero. Quanto à contenção nas despesas, onde se devia centrar, tarefa demasiada para Sócrates, apresenta números secretos, relativos a leis e alterações legislativas ainda não aprovadas e mesmo ainda nem conhecidas...

O desespero de Sócrates é tanto, que as suas baterias são assestadas aos deficientes e a todos os que vivem apenas do seu salário ou da sua pensão, com uma especial incidência nos rendimentos dos pensionistas da função pública e dos próprios funcionários, com o aumento do desconto para a ADSE.

O OE para 2007 é dos mais socialmente injustos alguma vez apresentados. E feito por um Governo dito socialista!!!

Para quem esgrime o papão de Bruxelas, e afirma que não seria possível outro Orçamento, o PSD veio rapidamente desmentir tamanha falsidade.

Para provar que há sempre alternativas em política, que é possível fazer um OE mais justo, mantendo o essencial da contenção financeira e o objectivo de aproximação das regras orçamentais comunitárias, com que Portugal se obrigou, Marques Mendes apresentou propostas concretas de alteração.

O PSD não se limitou a criticar, como outros o fizeram, deu a cara, apresentou medidas e justificou as suas propostas. Melhor orçamento e mais justo, são o cerne das alternativas apresentadas. Diminuir a despesa, maior equidade e aposta na competitividade fiscal, e maior selectividade no investimento público, são os três grandes desafios.

No IRC propôs um novo escalão para os rendimentos mais baixos que permite maior justiça fiscal para as micro empresas, no IMI, maior justiça na tributação das segundas residências, finalmente, melhorar a competitividade e a eficiência fiscal na internacionalização das empresas. Na saúde, na educação e na reforma da administração pública, apresentam-se cinco medidas que no seu conjunto impõem reduções na despesa superiores a 1.300 milhões de euros, mantendo a justiça social e o investimento produtivo. E nos investimentos públicos, privilegiar todos os que gerem acréscimo de competitividade.

No fundo um OE que potencie o crescimento com justiça social. Que demonstre que o Estado faz mais sacrifícios do que os pede aos Portugueses. No fundo tudo o que o Orçamento do PS não faz.

Este é o outro Orçamento que o país exige

## Discussão do Orçamento do Estado 2007

# PS quer asfixiar a Sociedade e manter o Estado gastador!



### Destaques:

Discussão do Orçamento do Estado, na Assembleia da Republica

Luis Marques Mendes em Viseu

Alberto João Jardim e as declarações de Sócrates na AR

## Um Governo incontido na despesa e insaciável nos impostos, que se limita a “engordar o monstro dos Ministérios”

Foi debatido no Parlamento, no fim da semana passada, o Orçamento do Estado para 2007.

Num instrumento de Governação que é, sem dúvida, o mais importante que em cada ano o Governo tem de apresentar, é essencial clareza de propósitos, viabilidade de meios e verdade na apresentação.

Nenhuma destas condições foi conseguida pelo Executivo, infelizmente para Portugal.

Pelo nosso Partido, as intervenções dos Deputados do PSD no Debate foram incisivas e, em boa verdade, não tiveram resposta real. O PS, quer pela voz do Primeiro-Ministro, quer pela do Ministro das Finanças, quer ainda pela voz do seu deputado João Cravinho, pouco mais foram que uma cortina de fumo ou, pior ainda, um misto de inverdades e insultos, numa tentativa de esconder a fragilidade das suas posições reais e de afirmar a bondade deste Orçamento, tão mau que mereceu o voto negativo da Oposição em bloco, da Esquerda à Direita.

Como consta do regimento, estes debates estão, por definição, carregados pesadamente a favor do Governo, pois a última palavra e sem direito a réplica, pertence-lhe sempre. Logo, é relativamente fácil, com a consciência de que o poderão fazer impunemente, guardar para a última réplica os mais duros golpes, sem grande preocupação com a verdade dos factos, para dar a impressão ao público em geral, que rebateram todos os argumentos da Oposição e que ganharam claramente o confronto de ideias.

Não é assim. Por isso, neste “Povo Livre”, que é verdadeiramente “Livre” e que ao “Povo” pertence, deixamos, tão aproximadamente na integra quanto nos foi possível, este relato do que foi, do ponto de vista do nosso Partido, esta discussão do Orçamento para 2007.

A primeira intervenção, logo após o discurso inicial de José Sócrates, coube ao nosso Presidente, Luís Marques Mendes, refutando, logo a abrir, as críticas do Primeiro-



Ministro sublinhando que esteve ao lado de Alberto João Jardim para defender a “autonomia regional” e não por simples questões partidárias.

“Fui à Madeira não por uma questão partidária, mas para defender a autonomia regional e denunciar o comportamento do Governo sobre a forma partidária como está a fazer um bloqueio financeiro e legislativo à Madeira, para ali ganhar as eleições regionais de 2008. O que nunca conseguiu fazer nas urnas quer fazê-lo na Secretaria. Isso está implícito, como disse Marques Mendes, numa referência à nova Lei das Finanças Regionais proposta pelo executivo socialista, que prevê uma redução das transferências do Estado para a Madeira, na ordem dos 40 milhões de euros.

Marques Mendes comparou ainda a sua deslocação à região autónoma da Madeira, com a ausência de Sócrates no concelho de Felgueiras, nas últimas eleições autárquicas.

“Cobardemente não foi a Felgueiras, não pôs lá os pés”, acusou Marques Mendes, considerando que

o que se passava nesse concelho nada tinha que ver com “digladição de estilos políticos”, mas “com uma foragida à justiça que desafiou as regras mais elementares da democracia”, numa referência à candidatura de Fátima Felgueiras ao Município local, que pode concorrer sem que Sócrates tivesse a coragem de ali se deslocar, para deixar um apoio ao seu candidato socialista, que partia numa posição de grande fraqueza, ante a indiferença da direcção do PS.

Na sua primeira intervenção, Marques Mendes abordou igualmente as questões da introdução de portagens nas auto-estradas chamadas de «sem custos para o utilizador (SCUT)» do Norte Litoral; e a criação de taxas moderadoras nos internamentos hospitalares, voltando a acusar José Sócrates de ter “dito uma coisa na campanha eleitoral e fazer agora o seu contrário, nomeadamente no que diz respeito ao aumento de impostos”.

“Nos impostos a saga continua. Não é capaz de cumprir a sua palavra”, acusou Marques Mendes,

considerando como aumentos de impostos a subida do IRS para os reformados ou as aumentadas contribuições dos funcionários públicos para os serviços sociais ADSE.

“É um Governo incontido na despesa e insaciável nos impostos”, salientou, classificando a proposta de Orçamento de Estado para 2007 como “uma desilusão”, que se limita a “engordar o monstro da máquina dos ministérios”.

Relativamente às SCUT, Marques Mendes voltou a acusar o executivo socialista de quebrar uma promessa eleitoral e lamentou que José Sócrates não admita que se arrependeu do que havia dito.

“Tinha aqui a oportunidade de dizer: arrependo-me. Caso contrário, a ideia que fica é que agiu de má-fé”, criticou.

Sobre as taxas moderadoras, as acusações de Marques Mendes foram no mesmo sentido, recordando que quando o ex-Primeiro-Ministro Pedro Santana Lopes propôs taxas moderadoras diferenciadas, o PS disse que isso era um novo imposto.

## Debate do Orçamento do Estado para 2007

“Agora as taxas já não são um novo imposto? Isto não é apenas mais uma trapalhada, é uma fraude política”, sublinhou.

### O discurso de Marques Mendes, no encerramento do primeiro dia de debate

O Orçamento de Estado é o instrumento mais importante da política de um Governo. Ao contrário do que possa pensar-se, ele não deve ser, nem um exercício de tecnocracia nem um mero aglomerado de números. Reflecte a linha política do Governo. Deve, por isso, ser politicamente avaliado.

Para essa avaliação há 5 aspectos essenciais a considerar: a evolução da despesa pública, a política fiscal, o ímpeto reformista do Governo, a justiça social das políticas, a convergência de Portugal com a União Europeia.

Começemos pela despesa.

O diagnóstico está feito e é consensual. Temos de reduzir a despesa do Estado, a única forma sustentada de alcançar o equilíbrio das contas públicas.

Pois bem. É aqui que surge a maior desilusão deste Orçamento. Ao contrário do que era esperado, a despesa aumenta em valores absolutos, aumenta em termos nominais e reais (ou seja, descontando a inflação) e, pior ainda, aumenta mais do que se estima ter aumentado em 2006. Aumenta a despesa total, aumenta a despesa corrente, aumenta a despesa corrente primária.

Contra todos os discursos oficiais a despesa do Estado atingirá, em 2007, o valor mais alto de sempre.

Pior. A despesa pública primária representava em 2004, 39,2% do PIB. Três anos depois representa 39%. Ou seja, três anos depois, estamos praticamente na mesma. Esta é a maior fraude política a que estamos a assistir. Espremem-se os Portugueses com mais impostos, taxas, contribuições, cortes e congelamentos, não para fazer uma verdadeira consolidação orçamental, mas sim para continuar a aumentar o monstro da máquina do Estado.

É o Partido Socialista no seu melhor. Foi assim com António Guterres, entre 95 e 99. Reduziu-se o défice com o aumento da receita que resultava do crescimento económico. É assim com José Sócrates, hoje. Reduz-se o défice com o aumento da receita que decorre do agravamento de impostos e com os cortes no investimento público.

É caso para dizer: mudou o estilo mas não mudou a política.

Continua uma política errada, injusta e enganosa, que não augura nada de bom para Portugal e para os Portugueses.

Em segundo lugar, a política fiscal. Também aqui todos os diagnósticos estão feitos. Temos em Portugal uma carga fiscal elevada, que penaliza as pessoas, as empresas e a competitividade do País.

Em 2005 e 2006, ao contrário do prometido, tivemos um dos maiores aumentos de impostos de que há memória na nossa democracia

Devíamos estar a criar as condições para aliviar a carga fiscal, em particular ao nível do IVA e do IRC. Estamos a fazer exactamente o contrário. Os impostos directos e indirectos, em percentagem da riqueza nacional, sobem de 23% em 2004 para 24,7% em 2007. Esta é que é a verdade.

Em 2005 e 2006, ao contrário do prometido, tivemos um dos maiores aumentos de impostos de que há memória na nossa democracia. Esses aumentos tiveram uma consequência duplamente negativa – penalizaram a actividade económica e só serviram para o Estado financiar o crescimento das suas despesas.

Pois bem. Se antes foi mau, agora é pior. Este Orçamento volta a agravar a carga fiscal.

É o imposto sobre os combustíveis que vai voltar a aumentar. São os pensionistas que vão pagar mais IRS. São os funcionários públicos e os reformados da função pública que vão descontar mais para a ADSE. E, na esteira desta política, nem os deficientes escapam à voracidade fiscal do Governo. Agora até os deficientes vão pagar mais IRS.

Na prática a situação é esta – o Governo não faz o que deve e faz o que não deve. Devia cortar a sério nos gastos do Estado, única forma de criar condições para baixar sustentadamente os impostos. Ao contrário, agrava brutalmente a carga fiscal, asfixiando a economia, penalizando as pessoas e minando ainda mais a competitividade do País.

São os Socialistas no seu melhor. A ideia é sempre a mesma – espremam-se os Portugueses, sacrifiquem-se as pessoas e asfixie-se a sociedade para tentar salvar um capricho ideológico – o Estado gigantesco, perdulário e gastador que temos em Portugal.

Isto não é apenas errado. É uma política inaceitável.

Em terceiro lugar, o ímpeto reformista do Governo. Ao fim de quase dois anos de Governo, as dúvidas, para quem as tivesse, começam a ser dissipadas.

A reforma do Estado está



permanentemente adiada. Na segurança social as soluções previstas não resolvem, adiam o problema. Na saúde é tudo caótico, casuístico e pontual. Na educação há frenesim a mais e mudança estrutural a menos.

Ora, a verdade é esta: este Governo dispõe de condições excepcionais para governar. Tem maioria absoluta, dispõe da maior legislatura de sempre (quase 5 anos de mandato), conta com a cooperação activa do Presidente da República e tem no PSD uma oposição firme mas responsável.

Apesar disso, o Governo desperdiça esta oportunidade histórica. A sua política não conduz a nenhuma mudança estrutural. Limita-se a tapar buracos.

Não há coragem de tornar o Estado mais pequeno e com menos funções. Por isso, não se reforma.

Não há coragem de mudar de modelo na segurança social. Por isso adia-se o problema.

Não há coragem de reformar o Serviço Nacional de Saúde e o seu financiamento. Por isso, multiplicam-se as medidas avulsas.

Não há coragem de encarar os problemas prioritários na educação – a gestão das escolas, o reforço da sua autonomia, o ensino técnico-profissional, o sistema de

governo das universidades. Por isso, em vez de se reformar, o que se faz sistematicamente é um exercício de populismo inaceitável – tentar virar a população contra os professores, como se eles fossem os responsáveis por todos os males.

O que temos pela frente é um simulacro de coragem e uma aparência de reforma. Como não há coragem de reformar, o Governo limita-se a remendar.

Sinal disto mesmo foi o que o Governo deu na semana passada. Em mais uma sessão de propaganda, o Governo convidou para vir falar a Portugal, sobre reformas estruturais, o ex-Primeiro-Ministro da Suécia. Curiosamente um ex-Primeiro-Ministro que perdeu as eleições porque o Povo Sueco considerou que as reformas que fez foram erradas, insuficientes e não deram os resultados pretendidos. O excesso de propaganda tem destes efeitos colaterais.

É este o sinal reformista do Governo. Tapar buracos. No final, excluída a propaganda tudo ficará estruturalmente na mesma.

Em quarto lugar a justiça social. A linha política que este Orçamento reflecte não conduz à justiça social. Pelo contrário, agrava as

## Debate do Orçamento do Estado para 2007

desigualdades sociais.

Estamos em tempo de crise e de dificuldades. Todos compreendem que há que fazer sacrifícios. Mas já ninguém compreende que sejam sempre os mesmos a pagar a factura.

É a classe média, sempre fustigada com mais taxas e impostos.

São os reformados de mais baixos rendimentos.

São os deficientes e os aposentados da função pública.

São as pequenas e médias empresas, cada vez mais o parente pobre da economia.

É o interior do País, em cada dia que passa mais votado ao abandono.

São os utentes da saúde.

Toda esta acção releva da maior insensibilidade social. E vem de um Governo que se diz socialista.

Exemplo paradigmático é mesmo a Saúde. Em Outubro de 2004 o Eng.º José Sócrates recusava a ideia de taxas moderadoras diferenciadas na saúde, ou seja, em função do rendimento. Dizia, então, o Eng.º Sócrates: a intenção não é a de promover a justiça social mas “criar um novo imposto sobre a saúde”.

Então e agora? O que são as novas taxas por internamentos e cirurgias? Já não são um imposto? Já são um instrumento de justiça social? A estas perguntas o Primeiro-Ministro nada diz. Aqui, como nas SCUTS, tem a consciência muito pesada.

A resposta é só uma: no plano político e ético são mais uma fraude, é faltar à verdade – diz-se uma coisa antes das eleições e faz-se outra a seguir às eleições; no plano prático são mais um imposto, não moderam coisa nenhuma e pior ainda não diferenciam as pessoas em função dos seus rendimentos. Os que pagam,

pagam todos por igual, ricos ou menos ricos, remediados ou não remediados.

Se o Governo quer discutir abertamente o Serviço Nacional de Saúde e o seu financiamento, vamos a isso. Apresentaremos as nossas propostas tal como fizemos na Segurança Social.

Agora, agir como o Governo está a agir, não. Não há critério de justiça social. Só há falta de carácter político e uma grande inconsciência social.

Por último, este Orçamento não é um Orçamento de convergência. Portugal volta a afastar-se da Europa.

### Corremos o sério risco do afastamento da Europa se prolongar por muitos anos.

Claro que este não é uma situação nova. Já estamos a divergir desde 2001.

O problema, todavia, é outro. O problema é que a União Europeia já está numa fase de recuperação económica e Portugal não a consegue acompanhar. É a primeira vez nas últimas décadas que a Europa sai duma crise, volta a crescer e Portugal cresce muito menos que a Europa.

Pior. Com as opções que este Orçamento faz corremos o sério risco de este afastamento da Europa se prolongar por mais anos.

Para além de tudo quanto já referi, há uma outra questão que concorre, e muito, para esta preocupação – o investimento.

Desde logo o investimento privado. Há 6 trimestres consecutivos que tem estado a cair. Uma queda preocupante. Mas mais preocupante

ainda é que este Orçamento não dá qualquer sinal de estímulo ao investimento. Em especial no que toca às Pequenas e Médias Empresas. É um Orçamento de conformismo e de resignação.

O mesmo se passa com o investimento público. Neste Orçamento há mais uma queda no investimento do Estado. Não deixa de ser curioso que quem, como o PS, considerava o investimento público o alfa e o ómega do nosso desenvolvimento lhe dê, em dois Orçamentos consecutivos, uma forte machadada.

Decididamente, a coerência não é o ponto forte desta maioria.

Mas mais grave que o corte no investimento público é a sua reiterada falta de selectividade.

Nem todo o investimento público é bom. Nem todo o investimento público acrescenta competitividade à economia.

Pois bem. O que o Governo faz é duplamente negativo – faz cortes cegos no investimento, por um lado, e mantém, por outro lado, projectos faraónicos como a OTA e o TGV, que não são prioridade, que não acrescentam competitividade ao País e que podem comprometer fortemente as próximas gerações.

Numa palavra, Senhor Presidente e Senhores Deputados, este Orçamento não diminui a despesa, não favorece a competitividade fiscal, não é um Orçamento reformador, não tem consciência social e não promove a convergência de Portugal com a Europa.

É um mau Orçamento.

É sobretudo um Orçamento sem ambição, sem alma, sem um único objectivo mobilizador. É obra de tecnocratas. Não é resultado do engenho de políticos com visão estratégica e de futuro.

Temos hoje em Portugal um

Governo que governa pela negativa. É tudo pela negativa. Corta aqui, fecha acolá, afronta este sector, hostiliza outro, avança hoje, recua amanhã. Mas nunca é capaz de definir um objectivo mobilizador e de criar um clima de esperança no futuro.

Claro que há cortes a fazer e resistências a vencer. Mas a grande questão que se coloca é esta: fazem-se sacrifícios em nome de quê? Os Portugueses apertam o cinto para quê e até quando? Para que objectivo estamos a trabalhar? Qual é a meta, qual é o roteiro para a nossa recuperação económica e social?

O que o Governo faz é navegação à vista. O que o País precisa é de objectivos e ambição. Mesmo em tempo de crise e de dificuldades as pessoas precisam de ter um ideal, um sonho, uma meta, um objectivo, uma causa pela qual vale a pena trabalhar.

Os Portugueses precisam ter esperança e orgulho. Desta forma, com um Orçamento como este, é difícil aos Portugueses terem razões para acreditar.

Senhor Presidente, senhores Deputados, uma palavra sobre **a inqualificável intervenção do Primeiro-Ministro sobre as Finanças Regionais e as referências às autoridades legítimas e democráticas da Madeira**. Uma intervenção de um populismo e de uma demagogia inqualificáveis. Tentar virar regiões contra regiões, como virar pessoas contra outras pessoas, é o estilo deste Governo. Mas, é um exercício de populismo, impróprio de quem deve ter sentido de Estado.

O Primeiro-Ministro, no que disse em relação às autoridades da Madeira procurou mostrar uma face de autoridade e de rigor. O que exibiu foi uma prova de fraqueza e de irresponsabilidade.

Um Primeiro-Ministro não pode, em circunstância alguma, perder a serenidade e perder a compostura, especialmente em matérias delicadas que exigem bom senso e sentido de responsabilidade.

A serenidade e o bom senso são atributos dos fortes. O nervosismo e o preconceito são características dos fracos.

Senhor Presidente, senhor Primeiro-Ministro, senhores Deputados, este Orçamento é o Orçamento do Governo, não é o Orçamento do PSD. E a Constituição não permite à oposição propor um Orçamento alternativo.

Mas é possível, mesmo assim, propor medidas de política diferentes e alternativas.

Três ideias essenciais: diminuir a despesa; apostar na equidade e na competitividade fiscal; introduzir selectividade no investimento público

É o que passo a fazer, concentrando-me em três ideias essenciais: diminuir a despesa; apostar na equidade e na



competitividade fiscal; introduzir selectividade no investimento público.

Quanto à despesa. Temos de combater a despesa corrente primária, a despesa do funcionamento do Estado.

O PSD propõe um conjunto de cinco medidas que no seu conjunto reduziriam em cerca de 1300 Milhões de Euros a despesa corrente primária prevista neste Orçamento.

**Primeira medida:** contratualização da gestão de centros de saúde com entidades privadas certificadas, de dominante médica que garantam, pelo menos, igual qualidade em saúde nos serviços prestados e redução de custos não inferior a 10%;

**Segunda medida:** criação de Unidades Locais de Saúde, com modelos concorrenciais de gestão pública ou privada, articulando em rede os Hospitais e os centros de saúde da área de referência, e impondo metas de redução, quer de listas de espera na marcação de consultas e nas cirurgias não agudas, quer nos custos operacionais globais, não inferiores a 15%;

**Terceira medida:** aplicação obrigatória e generalizada de Protocolos Terapêuticos, monitorizados pelos Colégios de Especialidade da Ordem dos Médicos, visando a racionalização da prescrição de medicamentos e de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, com reduções das respectivas despesas do SNS, em não menos do que 15%.

**Quarta medida:** contratualização com a iniciativa social e privada, das actividades e equipamentos do ensino pré-primário público e dos equipamentos públicos de apoio à terceira idade, com absorção dos trabalhadores que voluntariamente queiram transferir-se para esses concessionários, em regime de contrato individual de trabalho.

**Quinta medida:** fornecimento externo através de concursos simplificados ou parcerias público-privadas, de uma numerosa variedade de serviços auxiliares comuns – da limpeza à manutenção de equipamentos; da gestão de frotas de veículos à gestão administrativa digitalizada; da consultoria jurídica e de engenharia à auditoria contabilística e de gestão.

Todas estas medidas geram uma poupança avaliada em cerca de 1300 Milhões de Euros e não comprometem quaisquer objectivos sociais. Bem pelo contrário. É possível poupar melhorando a qualidade dos serviços. Têm apenas um problema. A teimosia de um Governo que gosta mais de lançar taxas e impostos em vez de diminuir o tamanho e as funções do Estado.

**Quanto à Justiça e à**

Marques Mendes em Viseu

## Governo precisa de «receita de credibilidade»



O líder do PSD acusou o Governo, no sábado passado em Viseu, de ter sido ridículo ao comentar os números da adesão à greve da Função Pública de quinta e sexta-feira, considerando que o Primeiro-Ministro precisa de “uma receita de credibilidade”.

Ao intervir em Viseu, nas «Jornadas do Interior», Marques Mendes afirmou que a credibilidade se perde “quando se quebram sistematicamente propostas eleitorais”, referindo-se, por exemplo, ao aumento dos impostos, ao fim de algumas SCUT (auto-estradas sem custos para o utilizador) e à cobrança de taxas de internamento nos hospitais.

“Essa é uma forma de minar a qualidade da nossa democracia”, lamentou.

No entanto, e ainda que admita que sempre houve controvérsias entre o Governo e os sindicatos, no



que respeita aos números de adesão à greve, o líder social-democrata frisou que “falar em 11 a 14 por cento já não é apenas minar a credibilidade, é ser ridículo”.

“A seriedade, tal como a coragem, não se fala nem se proclama, exerce-se. E em matéria de coragem governamental, ela existe muito mais na retórica, do que na acção”, sublinhou.

Na sua opinião, Portugal corre o risco de passar os cinco anos de mandato do PS, a “afastar-se a Europa e a divergir da União Europeia”, porque o Governo “fala de rigor mas as despesas do Estado crescem” e “fala em justiça social mas os impostos prejudicam cada vez mais as famílias e as empresas”.

“Fala em selectividade, mas o que há são cortes cegos nos investimentos de pequena e média dimensão e a aposta em mega investimentos”, acrescentou, frisando que “há um discurso e uma política completamente diferentes e divergentes”.

Durante o seu discurso nas Jornadas do Interior, Marques Mendes – que se escusou a falar com os jornalistas – reiterou as críticas ao Orçamento do Estado para 2007, que considera ter sido “para todos uma enorme desilusão”.

“Há um ano, por esta altura, eram muitos os líderes de opinião que elogiavam o Governo. Um ano depois, são muito poucos e muito tímidos, os que aplaudem este Orçamento do Estado”, afirmou.

Marques Mendes realçou que é a primeira vez em Portugal que uma

oposição “diz o que está errado e dá soluções diferentes e medidas alternativas”, aludindo às propostas apresentadas pelo PSD, no debate.

No entanto, lamenta que o Governo se limite a “por tudo e por nada atacar a oposição e nomeadamente o PSD”.

“Só faz isto quem tem medo da oposição e não confia no Orçamento que apresentou. Significa que estamos no bom caminho”, considerou.

O líder social-democrata disse não estar surpreendido por “nos últimos três meses a grande preocupação do Governo ter sido atacar o PSD e o seu presidente”, depois de terem sido ignorados “durante muito tempo”.

“[Isto] tem uma explicação: só se atiram pedras às árvores que dão frutos, a denunciar e a construir. É esse o caminho que temos que perseguir, com paciência e firmeza”, apelou.

Neste âmbito, Marques Mendes contou que está a ultimar um programa especificamente virado para o interior do país, que deverá ser apresentado no início de Janeiro, e apelou aos presentes que colaborem e ajudem, apontado problemas e sugerindo soluções.

No entanto, alertou que só fará propostas credíveis, que tem a certeza que poderia cumprir se estivesse no Governo.

“Para apresentar propostas e compromissos que no dia seguinte são violadas, já há quem o faça melhor: quem está neste momento à frente do Governo de Portugal”, disse a terminar. - Fonte: Lusa, Imagens Dep. Audiovisuais PSD.

## Debate do Orçamento do Estado para 2007

**Competitividade Fiscal:** É conhecida a nossa posição contra a subida dos impostos. Mas também tenho afirmado que, com o aumento da despesa pública entretanto, praticada por este Governo, não é realista promover, desde já, uma baixa de impostos.

Todavia, proponho três medidas

Assim, o PSD propõe que, para a primeira residência, as taxas dos escalões de IMI diminuam, dos actuais 0,2% a 0,5%, para 0,1% a 0,4%, no caso de imóveis já reavaliados; e para 0,4% a 0,7%, nos demais casos.

E que, para as segundas e terceiras residências, as taxas aumentem para

empresas espanholas que, designadamente, gozam do incentivo fiscal da dedução em IRC dos encargos do goodwill em tais operações.

O PSD propõe que uma parte dos ganhos com eficiência fiscal sejam afectados à concretização deste incentivo, em percentagem não inferior à que vigora em Espanha.

Como, em regra, a despesa fiscal com «goodwill» rapidamente é ultrapassada pelo aumento da base tributária resultante da expansão das

economia nacional, o seu impacto sobre a nossa competitividade e a montagem financeira da operação.

Desta forma, os governos não vêm limitado o seu poder de decisão. Mas reduz-se o grau de arbitrariedade e de subjectividade das opções a tomar, sobretudo em investimentos de grande dimensão que comprometem governos futuros, orçamentos futuros e gerações futuras.

Senhor Presidente, senhores Deputados: as propostas que acabo de apresentar representam uma linha diferente. Ambição na redução da despesa do Estado; maior justiça e competitividade fiscal; selectividade no investimento público.

São, sobretudo, um sinal de que é possível fazer diferente e é possível fazer melhor, mesmo quando o Governo não muda a filosofia que preside às suas escolhas orçamentais.

E a verdade é que é preciso mudar. Mudar de vida e mudar de rumo. Tudo o que o Governo não quer fazer!

Por isso é que o Primeiro-Ministro passa mais tempo a atacar o PSD que a falar do Orçamento. Tem uma explicação: como diz o nosso povo só se tiram pedras às árvores que dão frutos. É uma simpatia que agradecemos e uma atenção que registamos. É o reconhecimento da importância do nosso estatuto de oposição e de alternativa.

Quanto ao Orçamento, percebe-se a falta de convicção do Governo. Este é um mau Orçamento para as famílias, para as empresas, para a classe média, para o presente e o futuro de Portugal.

Mas essa não é nossa responsabilidade.

É responsabilidade do Governo e da sua política.» - **Gab IMP. PSD**

Verdade e/ou autenticidade? – Falemos de credibilidade

A intervenção de Aguiar Branco classifica com dureza o Orçamento a que chama de “Desalmado”

“Nenhum governo tem ideias especiais pelo facto de ser governo e, muitas vezes, é mais fácil alcançar o poder do que mantê-lo” (Julien Freund – “O que é a política?”)

Esta conclusão do sociólogo e politólogo francês Julien Freund vai ao encontro do que é habitual dizer-se sobre a tomada e o exercício do poder.

E deve ser objecto de especial atenção por parte de V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, senhor Primeiro Ministro, para que, à semelhança do que tem feito com vários grupos profissionais – professores, magistrados, médicos ou funcionários públicos em geral - ou, mais recentemente, com esse universo difuso em que todos nós nos integramos – “consumidores de electricidade, utentes de serviço de saúde, contribuintes em geral” – não venha a imputar ao povo português, em 2009, a culpa pelos erros do



de aplicação imediata que sem reduzir a receita apostam na equidade e na competitividade fiscal.

**Em primeiro lugar,** criar um novo escalão de tributação em IRC, mais baixo que o actual.

A proposta é de criar um sistema de dois escalões de taxas do IRC. Mantém-se a taxa que existe e cria-se um novo escalão, tributando à taxa reduzida de 15% os primeiros 100 Mil Euros da matéria colectável. É uma medida particularmente importante para as micro, pequenas e médias empresas.

Uma medida inovadora em Portugal mas praticada, com sucesso, em Países como a Espanha, a França, a Holanda e o Reino Unido.

Tal como sucedeu nesses Países, esta medida, ao contribuir para a redução da evasão e fraude fiscais, irá induzir, não uma perda de receita fiscal mas sim o seu aumento.

**Em segundo lugar,** promover maior justiça e equidade na tributação do Imposto Municipal de Imóveis (IMI).

A lei deve tributar menos quem tem uma só casa, a sua habitação própria, e tributar mais quem tem uma segunda ou terceira habitação. É um critério indiscutível de justiça social.

0,5% a 0,8%, no caso de imóveis reavaliados; e para 0,8% a 1,1%, nos demais casos.

Repito: sem reduzir a receita fiscal, esta é uma medida de justiça social. Quem tem apenas uma habitação paga menos. Quem tem duas ou mais habitações paga mais.

Em terceiro lugar: incentivar a internacionalização das empresas, afectando parcialmente ao aumento da sua competitividade os ganhos de eficiência fiscal.

Hoje, os ganhos de eficiência fiscal vão directamente para o Estado financiar mais despesa. É um mau princípio.

**É possível fazer diferente e é possível fazer melhor!**

Entretanto, as empresas portuguesas continuam a ter uma importante desvantagem fiscal competitiva, quando procuram crescer na economia global, sobretudo através de aquisições ou fusões com empresas locais.

Esta desvantagem é particularmente sensível face às

empresas beneficiárias, este incentivo acaba por contribuir, indirectamente, para a redução do défice orçamental.

Finalmente, o País precisa de uma política de investimento público diferente. De uma política que não sacrifique, com cortes cegos, o investimento público de boa qualidade, em especial de pequena e média dimensão. E de uma política que não continue a privilegiar projectos que não são prioritários e não acrescentam competitividade à economia, como é o caso da OTA e do TGV.

Tudo o investimento público deve ser especialmente selectivo. Sobretudo em tempo de aperto financeiro. E a regra só pode ser esta: privilegiar os investimentos que geram acréscimo de competitividade.

Neste quadro, a proposta que fazemos é no sentido de que todos os projectos de investimento de valor superior a 50 Milhões de Euros sejam objecto de avaliação e parecer prévio de uma Comissão Técnica Especializada, integrada por personalidades de reconhecida independência e competência técnica.

Esse parecer prévio deve avaliar, prioritariamente, o carácter reprodutivo do investimento para a

## Debate do Orçamento do Estado para 2007

governo e pelo previsível maior descrédito em que, nessa data, se irá encontrar.

As últimas três semanas reconduziram – e bem – uma parte do debate político para a relevância que, no discurso e na prática dos responsáveis políticos, devem ter a verdade e a autenticidade.

Há uma uníssona convergência – de politólogos, de analistas, de comentadores, diria, até, do cidadão comum – no sentido de que cada vez menos se deve perdoar aos que faltam à verdade para alcançar ou manter o poder.

O respeito pelos cidadãos, pela sua dignidade, pelo nosso sentir colectivo, impõe que, cada vez mais, a sociedade seja exigente quanto às boas práticas políticas – a hoje chamada, para as empresas, boa “governance” – e penalizadora para os que as infringem.

Só assim se restaura o bom-nome dos políticos,

- dos que abraçam com dedicação desinteressada a causa pública,
- dos que, para o efeito, se dispõem a integrar, ainda que temporariamente, a chamada “classe política”; e que, depois, por causa de outros – dos que de tudo se servem para a sobrevivência política – são diariamente fustigados com o anátema de privilegiados, de oportunistas ou de “troca-tintas”.

Senhor Primeiro-Ministro, reli com toda a atenção, a intervenção de V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, efectuada nesta câmara, enquanto deputado, por ocasião da apresentação do Orçamento de Estado para 2005.

Falava, então, V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, dos truques do governo da coligação PSD/CDS-PP, em matéria de orçamento.

Não podendo por em causa a verdade dos pressupostos ou a seriedade das propostas que o mesmo continha, tentou, V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> descredibilizá-lo com a alusão aos truques a que se teria recorrido na sua elaboração: o truque quanto ao alegado aumento de investimento, o truque quanto às receitas extraordinárias e, finalmente, o truque quanto à alegada baixa de impostos.

É hoje bom de ver, face aos dois anos de governação e ao Orçamento agora apresentado, porque é que V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> se socorreu da linguagem dos truques para falar em matéria de orçamento e logo quanto a impostos, investimentos e até receitas extraordinárias,

É que se há alguém verdadeiramente bem conhecedor de como se fazem, escondem e guardam truques é V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>.

E, diga-se, com um excelente sentido de oportunidade – não subestimemos esse talento – que se fosse para o bem comum era, verdadeiramente, de fazer inveja.

Guardou V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a expressão desse talento apenas para a Governação?

Não, deu-lhe asas logo na campanha eleitoral.

Primeiro truque: promessa de não aumentar os impostos. Menos de três meses depois, aumento do IVA.

Segundo truque: criação de 150 mil novos empregos. Nem os meses todos da legislatura serão, para isso, suficientes.

Terceiro truque: promessa de crescer sustentadamente 3%. Nem os meses todos da legislatura serão, para isso, bastantes.

Quarto truque: omissão quanto à cobrança de taxas moderadoras pelos internamentos ou cirurgias. Menos de 24 meses depois, elas aí estão.

Quinto truque (este mais feio, como V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, tanto gosta de dizer...): promessa de não cobrar portagem nas Scut. Menos de 24 meses depois, elas aí estão.

O que o Ministro António Mexia estudou, avaliou e concluiu em dois meses demorou o Ministro Mário Lino dois anos.

Sexto truque (este ainda mais feio, digo, agora, eu...); a culpa dos truques não passarem disso mesmo

Essa culpa não é do governo, é de todos nós que somos um país de privilegiados

- que não aceitamos os milhares de novos empregos que nos são propostos,
- que durante anos nos andamos a aproveitar de auto-estradas grátis, de electricidade barata ou de acesso gratuito a intervenções cirúrgicas.

Senhor Primeiro-ministro, nada disto seria muito grave se só afectasse, como afecta, a credibilidade de V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>. A falta à verdade sempre pode ser sancionada, como estou certo será, no próximo acto eleitoral.

Mas a verdade é que afecta, também, a credibilidade da alta função que V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> desempenha,

- contribui para o afastamento dos eleitores,
- para a descrença dos portugueses e, com isto,
- para o pessimismo que se vai instalando quanto ao nosso futuro.

Tudo, como é óbvio, corroendo a nossa auto estima enquanto povo, a nossa capacidade para superar as fracas projecções de crescimento económico que se apontam a Portugal.

### Um orçamento de cortes e não de reformas

Senhor Presidente, senhoras e senhores, esta corrosão não é, infelizmente, estancada com o Orçamento que ora debatemos.

O presente orçamento de estado é um orçamento de cortes, não de reformas; de mera gestão da

conjuntura, sem rasgo, sem medidas de relançamento da economia.

Não há verdadeiras reformas estruturantes que não tenham expressão orçamental. E há limites de despesa abaixo dos quais não é possível chegar sem a efectiva introdução de reformas que permitam fazer o necessário, de melhor forma e com menos custos.

Afinal, o choque de gestão de que o país carece, que o PSD oportunamente propôs – hoje unanimemente reconhecido como necessário – mas que tarda e de que apenas há indícios neste orçamento.

Como podemos acreditar que vai acontecer, em 2007, o que não foi feito em 2006, e prometido para essa data, como, por exemplo, a revisão das carreiras e remunerações dos funcionários públicos, em que de relevante apenas ocorreu a demissão, mais uma, do presidente da respectiva comissão?

### O governo, do alto da sua arrogância autista, subestima o vento frio que sopra da sociedade.

É que, se o governo pode colocar na lapela, uma pequena medalha de lata quanto a cortes, não o pode fazer, mesmo que seja de lata também, quanto a reformas!

É que, para cortes, basta o autoritarismo de poder que este governo tem. Para reformas, é necessário a autoridade de competência que este governo, definitivamente, não tem.

O governo do alto da sua arrogância autista subestima o vento frio que sopra da sociedade.

Tudo o que não está conforme aos seus objectivos não passam de humorísticas reivindicações corporativas de grupos sociais que teimam em não querer perder os seus privilégios.

Esquece o Governo que, como no colesterol, há mau e bom corporativismo, há mau e bom sentido profissional, sendo que sem este, o bom, a qualidade da nossa democracia fica gravemente afectada.

Esquece o Governo que, na política, a verdadeira coragem é a que assenta na inteligência que visa a harmonia e não a que se apoia na mera astúcia que conduz à confusão.

Esquece o governo que a sua preocupação primeira deve ser com os que se encontram no patamar da menor capacidade reivindicativa e



## Debate do Orçamento do Estado para 2007

representam, assim, os desprotegidos da nossa sociedade.

Por isso, este orçamento vai mal quando tenta consolidar as contas públicas por via de mais receita, nomeadamente por mais um forte agravamento fiscal que,

- para além de ser um entrave à competitividade das empresas e ao crescimento económico,

- não deixa de fora os que menos o podem suportar: os pensionistas, os deficientes, os doentes mais graves ou os jovens.

Será razoável que em momento de apelo à solidariedade nacional, ela tenha de vir precisamente dos que mais dela, também, carecem?

Será razoável, ainda, que o Estado, na busca insaciável de mais receita, se demita de agente principal da salvaguarda do património cultural e sacrifique a preservação dos imóveis classificados como de interesse público, sujeitando-os a IMI?

O orçamento, não obstante fazer um esforço, que admitimos sério, para a redução da despesa, não deixa de prosseguir, aqui e acolá, a estratégia – tão cara ao Senhor Primeiro Ministro – dos truques, na ilusão de que os bons resultados que estes deram para alcançar o poder se farão sentir também na sua manutenção.

Um desses truques, por exemplo, e que continua sem explicação, tem a ver com o escândalo da extinção do Fundo de Garantia Financeira da Justiça – que não originava qualquer despesa – e com o destino dado aos mais de 100 milhões de euros que lhe estavam afectos. Seguramente, uma verdadeira receita extraordinária obtida, afinal, à custa da gestão cautelosa dos governos da anterior maioria.

Outro dos truques tem a ver com o que constitui, na prática e para efeitos de cálculo do défice, o correspondente a uma verdadeira receita extraordinária: o corte brutal no investimento público.

Há limites abaixo dos quais se compromete o crescimento económico, sobretudo quando os cortes se concretizam, como é o caso do presente OE, para compensar a falta de capacidade de reduzir às despesas correntes.

E assim, mais uma vez, por ser uma medida necessariamente extraordinária, se ilude quanto à verdadeira consolidação das contas públicas.

Mas, para além dos limites, também há as escolhas. E a opção, nesta fase, pela execução dos grandes projectos da OTA e do TGV representa o que eu chamaria de novoriquismo político.

O governo diz dar prioridade ao conhecimento, à qualificação, à formação de excelência, ao moribundo e cada vez mais ignorado

plano tecnológico, mas cede à tentação da obra material que o envaidece – ainda que não saiba, – pasme-se! – como se procederá ao seu financiamento total,

E aqui, Senhor Primeiro-Ministro, Senhoras e Senhores Deputados, não posso deixar de, em nome da coesão nacional, expressar uma palavra de forte protesto pelas opções assumidas em relação ao Norte.

A região Norte é a que tem o menor PIB per capita do país.

Na Região Norte, onde está concentrada metade da totalidade dos desempregados a nível nacional, onde as retribuições são, em média, inferiores em 30 a 40% do que na área metropolitana de Lisboa, onde há maior abandono escolar e baixas qualificações, o corte nas despesas de investimento é superior à média nacional e atinge, em termos reais, cerca de 30%.

Por tudo isto e pelo mais que não cabe aqui dizer, senhoras e senhores Deputados, este é, definitivamente e de uma vez por todas, o Orçamento

da oportunidade perdida.

Nós sabemos – todos sabemos – que o PS e o seu Governo não perflham a disciplina financeira e o controlo das finanças públicas por convicção

Sabemos – sabemos bem – que são outras as suas preferências e as suas inclinações (como logo se vê pelo imparável crescimento da carga fiscal)

Mas, com boa fé, com sentido do interesse nacional, pensámos, chegamos mesmo a pensar, que, por força da pressão europeia, por força do Pacto de Estabilidade e Crescimento – ainda que distendido e flexibilizado – o PS, o seu Governo e o Primeiro-Ministro aproveitariam a maioria absoluta, a legislatura alargada e os três anos de trégua eleitoral para fazer uma verdadeira reforma do Estado, a única que de um modo sustentado e estruturante pode modernizar Portugal: a reforma das funções do Estado!

Mas sobre a definição das funções do Estado, sobre a concentração do Estado nas funções de soberania, sobre a delegação e contratualização com a sociedade civil e com os cidadãos, nas áreas da saúde, da educação, da segurança social, do ambiente e da energia, sobre essa

verdadeira reforma que é a única capaz de reduzir a despesa pública,

a única capaz de combater a gordura da administração, a única susceptível de, a prazo, reduzir a autêntica opressão fiscal em que vivemos... Sobre essa redefinição de funções:

nem uma palavra, nem um programa, nem um projecto, nem um só euro está alocado a esta mudança.

Tudo é simples gestão da crise, tudo é “tira daqui para pôr ali”, tudo é “fecha este instituto para abrir aquela direcção-geral”, tudo é “arrecada e poupa” sem qualquer rasgo estratégico, sem qualquer horizonte de verdadeira mudança!

Tudo é, em conclusão e em suma, uma grande oportunidade perdida.

E por mais sucesso que haja nas contas do mês, nas estatísticas do ano, nos livros e autos da contabilidade, mais tarde ou mais cedo mais gravemente, como no mito do eterno retorno, lá voltará o défice, lá voltará o monstro: porque ele aí está, diante de todos nós, nos números insofismáveis da despesa.

Nesta medida, bem podemos dizer que o presente orçamento é um orçamento sem alma, um orçamento desalmado! – **Gab. Imp. GP/PSD.**

## Intervenção de Miguel Frasquilho

# O acervo de falsidades criadas à volta do “pseudo controlo” da despesa pública é a grande desilusão deste Orçamento



O Deputado Miguel Frasquilho, que exerceu funções de subsecretário de Estado das Finanças em anterior Governo o PSD, é sempre uma das vozes que se levantam na nossa bancada, quando se discutem, no Parlamento, assuntos relativos a Finanças Públicas. Neste debate sobre

o Orçamento do Estado, Miguel Frasquilho, dirigindo-se ao Ministro das Finanças, afirmou:

O traço marcante da propaganda do Governo sobre o Orçamento do Estado para 2007 é a ilusão criada à volta do “pseudo controlo” da despesa pública. E como a despesa pública não é, de facto, controlada como devia ser, não há, volta a dar-lhe: o Orçamento para 2007 é uma desilusão. Uma grande desilusão. Mas não sou o único a estar desiludido: por exemplo, a agência de *rating* Fitch, não se impressionou nada com a propaganda do Governo e manteve a tendência negativa do *rating* da nossa dívida pública (isto é, manteve o risco de a notação atribuída ao nosso país poder ser revista em baixa). Foram também muitos os economistas e gestores que se pronunciaram no sentido da insuficiência e da desilusão.

E ainda nesta segunda-feira a Comissão Europeia veio afirmar, sem papas na língua, que desconfia muito da política e das acções que este Governo está a seguir. A Comissão Europeia não acredita no crescimento

económico projectado pelo Governo; não acredita que o desemprego em Portugal possa descer; não acredita, nos métodos do Governo para reduzir o défice público nem em 2007, nem em 2008, e projecta défices mais altos; e por fim, desgraça das desgraças, a Comissão Europeia vem confirmar que, pelo menos até 2008, com estas políticas, Portugal irá divergir do rendimento médio europeu, e que os portugueses continuarão a ficar, ano após ano, relativamente mais pobres. Depois de oito anos consecutivos a perder terreno, em 2008 Portugal descerá para décimo nono entre os 25 países da União Europeia, em termos de PIB *per capita*, sendo ultrapassado, nesse ano, por Malta e pela Estónia. Infelizmente, tudo isto já era previsível desde a segunda metade dos anos 90, face aos erros grosseiros então cometidos na política económica.

E infelizmente, está a confirmar-se o que na altura alguns, entre os quais me encontro, afirmaram, sendo então qualificados como “profetas da desgraça”. Afinal... A verdade é que, perante esta situação, o Governo já



## Debate do Orçamento do Estado para 2007



não pode continuar a “sacudir a água do capote” como sempre tem querido fazer. Até porque, em opções orçamentais, o caminho tem sido profundamente errado. Mas o mais curioso é que, no Orçamento para 2007, a desilusão ainda é maior devido a toda a propaganda e falsas expectativas que foram criadas pelo Governo antes da apresentação deste documento. E que continuam ainda a ser alimentadas agora. Recorde-se: quer o Primeiro-Ministro, quer o Ministro das Finanças prometiam e asseguravam que iríamos estar perante factos inéditos positivos, sobretudo do lado da despesa pública (isto é, Senhores Deputados, que iríamos estar perante cortes e reduções nunca antes vistos). Só aí, e até pelo passado dos protagonistas, já dava para começar a desconfiar.

Todos conhecemos o significado da palavra “inédito”: algo que nunca aconteceu antes. Ora, primeiro, o Primeiro-Ministro referiu que a despesa pública em 2007 ia descer em percentagem do PIB e que tal era inédito na história da democracia portuguesa. Depois, o facto inédito era a descida da despesa pública face ao PIB em dois anos consecutivos. Por fim, ainda ontem, o facto inédito para o Primeiro-Ministro era a magnitude da queda da despesa pública entre 2005 e 2007, de 2.4 pontos percentuais do PIB.

A verdade, porém, Senhores Deputados, é que nenhum destes três factos é inédito: posso assegurar-vos, pela análise que efectuei, que qualquer um deles aconteceu várias vezes desde 1974. Na ânsia de propagandear, o Primeiro-Ministro cometeu, portanto *gaffes* atrás de *gaffes*, que visaram confundir e desinformar os portugueses. Certamente para desviar as atenções dos aspectos essenciais do Orçamento do Estado para 2007 – que, diga-se, vieram confirmar a desconfiança inicial. Senhores Deputados, Portugal tem, indiscutivelmente, um excesso de

despesa pública, sobretudo de despesas correntes, de funcionamento – do aparelho do Estado. É aí que reside o famoso “monstro”. E é aí que ele precisa de ser combatido.

Ao mesmo tempo, Portugal tem um claro problema de falta de competitividade fiscal – uma das componentes da competitividade geral, nem mais nem menos importante que outras componentes, mas que não pode (nem deve, face às tendências internacionais) ser esquecida.

Ora, nenhum destes dois problemas é combatido eficazmente no Orçamento para 2007. Vejamos porquê.

Nunca, na sociedade portuguesa, se encontraram reunidas tantas condições como agora para cortar eficazmente na despesa pública. E quando digo “cortar” refiro-me à sua redução de facto, em termos absolutos. Nunca tal foi feito – infelizmente. Sei que não é fácil. Mas nunca, como hoje, foi tão necessário. E isso, sim, a acontecer, teria sido inédito.

Critérios incompletos ou defeituosos nas afirmações do Ministro das Finanças

Diz o Ministro das Finanças que o único critério relevante para avaliar a evolução da despesa pública é o seu peso no PIB. Senhor Ministro, não nos iludamos – o Senhor sabe tão bem como eu que o crescimento da despesa pública face ao ano anterior é igualmente importante.

E a verdade é que, em 2007, a despesa pública total, a despesa corrente e a despesa corrente primária (descontando os juros da dívida pública)

- Em primeiro lugar, sobem todas em valor absoluto (assumindo valores *record*, nunca antes atingidos);

- Em segundo lugar, a despesa pública total crescerá, em 2007, 2.6%, a despesa corrente 2.9% e a despesa corrente primária subirá 2.5% – todas elas mais do que se admite virem a aumentar em 2006;

- E em terceiro lugar, todos estes agregados da despesa sobem em termos reais (isto é, acima da inflação).

Ora, desta forma é transmitido um sinal de laxismo aos agentes (famílias e empresas), que considero absolutamente errado, até pelo momento difícil que a economia portuguesa continua a atravessar (porque a crise não acabou, infelizmente...). O que teria sido correcto, era que, não se conseguindo reduzir a despesa pública de facto, pelo menos todas estas componentes da despesa crescessem menos do que em 2006. Não acontecendo assim, o que se pode concluir é que, se existiu um esforço de contenção ou de consolidação, esse esforço resultou num rotundo falhanço – que, aliás, só não foi maior porque o investimento público é, de novo, reduzido face à execução do ano anterior (queda de 10.4% em 2006; queda de 3% em 2007).

E aqui, Senhores Deputados, devo referir que não acho em si criticável uma escolha selectiva do investimento público a ser realizado que possa levar a uma descida de um ano para o outro – ou mesmo em mais anos consecutivos. Mas também não creio que tenha sido a selectividade o critério que presidiu a um novo corte no investimento público. Na verdade, o que aconteceu foi a opção (e a tentação...) de cortar cegamente onde é mais fácil fazê-lo, deixando a despesa corrente continuar a crescer. E isso, sim, é profundamente criticável.

A propósito de “cortes” na despesa, o Senhor Ministro das Finanças pergunta repetidamente, com ar cândido, “Onde cortar?”, ao mesmo tempo que, tentando atirar areia para os olhos dos Portugueses, acusa o PSD de querer reduzir pensões de reforma e subsídios de desemprego, por exemplo.

O Presidente do meu Partido deixou sugestões que bem lhe poderiam aproveitar – se os Senhores tivessem coragem!... O problema é que todos já percebemos que não têm, não podem e não querem

Senhor Ministro, ainda ontem o Presidente do meu Partido deixou aqui várias sugestões que bem lhe poderiam aproveitar – se os Senhores tivessem coragem!... O problema é que todos já percebemos que não têm, não podem e não querem.

Vejamos.

Neste Orçamento projecta-se que as despesas de funcionamento dos ministérios em sentido estrito serão reduzidas, em 2007, em 3.6%. E para 2006, estima-se existir uma quebra destas despesas em cerca de 1.5%. Mas o problema, Senhor Ministro é que se nós compararmos esta estimativa para 2006 com o que o Orçamento para 2006 previa há um ano atrás, compreendemos rapidamente que estamos perante mais um enorme falhanço. É que há

um ano atrás, os Senhores previam uma queda de 4.9% nestas despesas; um ano depois, afinal, a estimativa de descida é de 1.5%. E quem sabe se o número final, a ser apurado no início de 2007, não trará um resultado ainda pior!

Logo, deve perguntar-se: o que é que falhou nesta área das despesas do aparelho do Estado em 2006? E por que é que não se poderá ir mais longe em 2007? A resposta é só uma: se já tivesse sido levada à prática uma real reforma da administração pública, que incluísse o repensar das funções do Estado, ou a implementação de um efectivo regime de avaliação dos funcionários públicos, por exemplo, creio que a situação já poderia ser outra. E, se calhar, a “tal” redução de 3.6% das despesas de funcionamento em sentido estrito, poderia ser bem maior... Mas o primeiro ano e meio de governação foi perdido a estudar o que já tinha sido estudado, e o famoso PRACE marca passo – como se comprova pela necessidade de manter o congelamento das progressões nas carreiras em 2007 – o que, inicialmente, estava previsto apenas para 2006. A este propósito, aliás, não posso deixar de referir que este congelamento não deixa de ser uma medida extraordinária do lado da despesa, utilizada, até ver, em dois anos consecutivos (2006 e 2007). Para quem não ia usar truques nem medidas extraordinárias, não está mal, não acham, Senhores Deputados?!... Mais uma promessa não cumprida!

Voltando ao PRACE, só agora foram publicadas em Diário da República as leis orgânicas dos Ministérios com as novas macro estruturas, para as quais se continua a desconhecer que poupanças deverão gerar, se é que deverão gerar algumas poupanças de todo... Aliás, quando ouvimos o Ministro das Finanças dizer que “ninguém ficará a perder no processo de revisão de carreiras, vínculos e remunerações” na Administração Central do Estado, das duas uma: ou não é para acreditar, ou então, as alterações que serão introduzidas não serão minimamente relevantes. Com afirmações e comportamentos deste género é, pois, absolutamente legítimo duvidar não só do que está a ser preparado, como dos *timings* de entrada em vigor ao longo de 2007. Até porque, até agora nada se fez – embora muito tenha sido anunciado por um Governo que adora a propaganda –, e estamos quase a entrar na segunda metade da legislatura que, como todos sabemos, é tempo mais dado a eleitoralismo do que a medidas e acções quer até podem ser impopulares, mas são necessárias.

O Governo perdeu um tempo precioso, o que contribuiu decisivamente para o total desaproveitamento de três anos, /.../ em termos de consolidação orçamental

O Governo perdeu, pois, um

## Debate do Orçamento do Estado para 2007

tempo precioso, que contribuiu decisivamente para o total desaproveitamento dos três anos de 2005 a 2007 em termos de consolidação orçamental pelo lado da despesa – aquela que verdadeiramente interessa e de que o país continua a estar necessitado como “do pão para a boca”.

De facto, a evolução da despesa total, da despesa corrente e da despesa corrente primária face ao PIB – que são tão do agrado do Ministro das Finanças – entre 2004 e 2007, revela que chegaremos a 2007 praticamente com os mesmos valores que tínhamos em 2004, sobretudo ao nível dos agregados onde mais interessava cortar, os dos gastos de funcionamento: a despesa corrente até sobe, de 41.8% em 2004 para 42% em 2007 e a despesa corrente primária apenas desce 0.2 pontos percentuais (de 39.2% em 2004 para 39% em 2007). Três anos perdidos: 2005, 2006 e 2007.

Aqui chegados, Senhores Deputados, será legítima a pergunta: porquê a comparação com 2004? É que devemos ter sempre presente que 2004 foi o ano anterior à enorme fraude orçamental que constituiu o Orçamento Rectificativo de 2005, o ano “mártir” para este Governo, pois foi para ele que foi atirado o máximo de despesa possível, numa tentativa de garantir que nos anos seguintes as subidas fossem menos pronunciadas... Mas a verdade é que, depois da escandalosa revisão em alta dos valores da despesa de 2005, os valores de 2006 também o foram, embora menos – e é só por esta razão que a subida da despesa neste ano em que nos encontramos parece tão controlada. A comparação dos valores de 2005 e 2006 para a despesa pública total, corrente e corrente primária que foram inscritos nos Orçamentos para 2006 e para 2007 não deixa margem para dúvidas: agora, no Orçamento para 2007, a despesa pública em 2005 situou-se em cerca de 1500 milhões de euros acima do previsto; a despesa corrente foi quase 1300 milhões de euros acima; e a despesa corrente primária foi de cerca de 1400 milhões de euros a mais.

Já para o ano de 2006, a despesa corrente e a despesa corrente primária previstas no Orçamento para 2007 aumentam cerca de 650 milhões de euros face às projecções do Orçamento para 2006; e a despesa total “só” é maior em cerca de 50 milhões de euros unicamente porque apanha o corte de cerca de 10% no investimento público (lá está, a única área onde o Governo corta realmente... de forma errada).

Em face destas alterações numéricas, o que podemos concluir,

Senhores Deputados, é que se os valores da despesa de 2005 não tivessem sido aumentados desta forma, a despesa pública total, corrente e corrente primária, de acordo com as novas estimativas (do Orçamento para 2007) teriam, afinal, crescido 2.5%, 3.4% e 3.2% – todos bem acima dos “oficiais” 0.4%, 1.3% e 0.8% agora apresentados como triunfo pelo Governo.

Mas então, se isto se passou, será legítimo perguntar: como é que os défices de 2005 e 2006 são, afinal, cumpridos? Muito simples, Senhores Deputados: isso sucede porque as receitas, sobretudo as receitas fiscais, subiram sempre muito mais do que tinha sido orçamentado.

Temos, assim, sempre mais receitas para acomodar mais despesas: a velha cartilha socialista, que já produziu os resultados desastrosos que se conhecem no período de 1996 a 2001.

A verdade é que para a redução do défice de 2006 para 2007, apenas contribui o aumento da receita – e isto porque a despesa cresce em valor absoluto; cresce mais do que cresce em 2006; e cresce acima da inflação.

Ora, assim, é impossível actuar da forma que Portugal mais necessitaria na área fiscal: simplificando o sistema e fazendo reverter todos e quaisquer ganhos daí resultantes e que advenham do combate à fraude e evasão a favor dos contribuintes. Simplesmente, não foi isso que se verificou em 2006, e também não se verificará em 2007, em que se terá aumentos de impostos e taxas, programados ou não programados anteriormente, como:

- A subida do imposto sobre os combustíveis;

- A subida do IRS sobre os reformados (por redução da dedução específica);

- A subida da carga fiscal sobre os deficientes (sem que, lamentavelmente, tenha sido ouvida sequer a Associação do Sector, por exemplo);

- A subida do imposto sobre o tabaco;

- A subida da taxa de contribuição para a ADSE e o fim da isenção do pagamento desta taxa para os reformados da função pública; a introdução de taxas castigadoras para internamentos na área da saúde que, para além da injustiça que consigo acarretam, nem sequer são diferenciadas e mais: foram consideradas, na prática, como um imposto pelo Engenheiro José Sócrates, então Secretário-Geral do PS em Setembro de 2004... Não há dúvida, mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, os conceitos e... as promessas.



E para quando se poderá prever um alívio da carga fiscal? De acordo com as palavras do Ministro das Finanças, lá para... 2009! E porquê? Porque só aí haverá margem de manobra? Creio, sinceramente, que o ciclo eleitoral é o factor determinante... o que significa que às necessidades do país nesta área (fiscal) não é concedida, pelo Governo Socialista, a atenção e a importância que, face à realidade nacional e internacional, se justificaria.

Ainda ontem, marcando uma diferença significativa pela positiva face ao Governo, o Presidente do meu Partido apresentou propostas na área fiscal, no sentido de aumentar a nossa competitividade (em sede de IRC), e também no sentido de uma maior justiça social (no que toca ao IMI). É certo que não foram as propostas que desejaríamos apresentar – foram as propostas possíveis, que não conduzem à perda de qualquer receita. Outras medidas seriam mais desejáveis, mas o problema é que com a falta de acção adequada do Governo em matéria de despesa pública, não é possível, para já, ir mais longe – até porque a governação continua, afinal, a ser da responsabilidade do Partido Socialista.

Mas marca-se já uma diferença essencial, que claramente nos distancia do caminho do aumento sucessivo da carga fiscal que este Governo tem escolhido sem se preocupar minimamente com as consequências do aumento do peso dos impostos directos e indirectos no PIB entre 2004 e 2007, de 23% para 24.7% (quase 2 pontos percentuais), e que martiriza, ano após ano, famílias, empresas, enfim, a economia em geral.

Os exemplos são muitos.

Como a intenção do Governo de querer, agora, aumentar a taxa efectiva de tributação para as empresas, aproximando-a, assim, da taxa nominal – quando o caminho correcto seria exactamente o contrário, isto é, aproximar a taxa

nominal da taxa efectiva. Sem perder receita, isto tornaria o sistema fiscal mais simples, mais justo e mais transparente – e não prejudicaria a competitividade das empresas portuguesas.

### O efeito devastador do diferencial do nosso IVA para Espanha, nas regiões fronteiriças

Mas é também o caso do efeito devastador do diferencial do nosso IVA para Espanha nas regiões fronteiriças. Já são os espanhóis que vêm a Portugal vender os seus produtos, beneficiando inclusive da diferença horária para chegar uma hora mais cedo a Portugal – o que tem provocado o encerramento, em flecha, de empresas e estabelecimentos; e dificuldades acrescidas em regiões como o Baixo Alentejo, o Alto Alentejo, a Beira Interior ou Trás-os-Montes.

É também o caso do nosso sistema de IRS, que não só é muito complicado como contém taxas elevadas, mesmo no actual contexto europeu.

Ou das subidas consecutivas do imposto sobre os combustíveis, que dificulta a actividade de famílias e empresas.

Nada escapa à voracidade fiscal deste Governo. Certamente porque a opção de não combater estruturalmente a despesa leva, consecutivamente, à necessidade de mais e mais receita.

Quem paga, naturalmente, somos todos nós.

Quem paga é o país, que todos os anos empobrece um pouco mais face à Europa.

E é por isso mesmo que não podemos concordar com este Orçamento do Estado – que, definitivamente, não é aquele de que Portugal precisa.

- Gab. Imp. GP/PSD

Encerramento do Debate

# A formidável máquina do Governo de propaganda e manipulação da informação está profundamente abalada pela realidade!



O Presidente da bancada parlamentar do PSD, o Deputado Marques Guedes, encerrou o debate orçamental, pelo nosso Partido, dizendo:

No seu discurso de abertura, o Primeiro-Ministro colocou como questão central deste debate, a credibilidade da governação. Da sua governação.

Fez bem. Só que não o fez pelas boas razões, nem com bons propósitos.

Tratou-se de uma atitude **defensiva** e reveladora de **insegurança**.

Fê-lo, em primeiro lugar, defensivamente.

O Primeiro-Ministro sabe, e sente, que a sua **imagem** de rigor e seriedade política, tão laboriosamente construída por uma formidável máquina de propaganda e manipulação da informação, **está profundamente abalada**.

Sabe, que a factura dos logros eleitorais que utilizou para cativar os portugueses, está agora a pagamento e a descoberto.

Sabe, que as **contradições flagrantes** entre o que dizia e prometia, e o que agora decide e faz, estão hoje à vista de todos.

Sabe, que os que nele acreditaram são precisamente os que agora se sentem mais **enganados, usados e revoltados**.

E sente, que a receita do embuste

grosseiro e da propaganda desenfreada, que tão bons frutos lhe renderam no ano e meio que leva de mandato, dificilmente continuará a resultar.

**É que pode-se iludir muita gente durante algum tempo, mas não se pode enganar todos, durante todo o tempo.**

Não há propaganda que convença os portugueses, que o senhor sempre defendeu a justiça da introdução de portagens nas SCUT, para aqueles que as podem pagar.

Não há propaganda que convença os portugueses, que o senhor sempre defendeu o aumento dos impostos em catadupa.

Não há propaganda que convença os portugueses, que o senhor sempre defendeu o pagamento de taxas moderadoras diferenciadas e a introdução de taxas castigadoras a quem já tem a infelicidade de ter de ser internado, ou operado num hospital.

Não, senhor Primeiro-Ministro. Houve muitos portugueses que confiaram em si, mas **não haverá provavelmente nenhum português, que goste que o senhor o tome por parvo.**

O senhor entrou neste debate com a nitida necessidade de falar de credibilidade da sua governação, porque sente que a está a perder.

Foi em atitude defensiva, de quem se sente acossado por uma insatisfação social crescente, que não compreende,

talvez até considere injusta, mas para a qual não tem resposta nem projecto político mobilizador.

E é por isso que o senhor e o seu governo transmitem hoje tantos **sinais de insegurança**.

Podia falar-lhe do seu **cirúrgico apagamento público**, quando as coisas correm mal ao governo e a presença do primeiro responsável, a assumir decisões e a corrigir disparates, mais se exigia.

Como podia falar-lhe do misto de irritação e embaraço que o levam a cumprir compromissos da sua agenda **entrando, quase furtivamente, pela porta dos fundos**.

Mas não vou por aí.

São, apesar de tudo, questões menores.

O que já não é uma questão menor é o ataque descabelado que, em evidente **estado de necessidade por uma prova de autoridade**, o senhor desferiu contra a Região Autónoma da Madeira e os madeirenses.

Não pense, senhor Primeiro-Ministro, que não lhe percebemos a estratégia.

O Governo está a passar um mau bocado, sucedem-se as asneiras e as trapalhadas políticas, a quebra de compromissos eleitorais corroe-lhe a imagem de honestidade política, sente-se em apuros, toca de arranjar um alvo a abater, a concentrar as atenções num inimigo de estimação que lhe permita sublimar as frustrações da família socialista.

Só que nessa cruzada preconceituosa, o senhor espezinha um princípio fundamental.

O senhor pode fazê-lo, embora seja de gosto discutível, enquanto Secretário-Geral do Partido Socialista.

**Mas não tem o direito de usar o cargo e a autoridade de Primeiro-Ministro, para levar a cabo estratégias que são partidárias.**

A sua intervenção, no que toca à Região Autónoma da Madeira, foi a prova provada de que está a fazer política partidária de uma **questão muito séria, que é de Estado e de regime**.

O ataque obsessivo e pessoalmente dirigido contra o Presidente do Governo Regional da Madeira, misturando funções de Estado com funções partidárias, não hesitando em lançar campanhas difamatórias, eivadas de falsidades, e alimentando um inusitado clima de crispação que vira portugueses contra

portugueses, **é um acto de populismo primário, profundamente recriminável.**

Revela uma visão claramente distorcida, quando não a total **falência, do sentido de Estado** e de responsabilidade que se espera de um Primeiro-Ministro.

É bom que arrepie caminho, porque a sua estratégia está a levá-lo a passar das marcas.

O Orçamento do Estado para 2007 traz-nos mais do mesmo.

**Mais impostos, mais despesa, mais insensibilidade social, menos investimento, menos reformas, menos competitividade fiscal.**

É um orçamento que, sem desculpas ou álibis do passado, expõe a nu a incapacidade reformadora do governo.

O estilo do Primeiro-Ministro mudou, mas as orientações e o rumo da governação parecem em tudo idênticos, e começam perigosamente a fazer lembrar, os do governo Guterres.

Só a densa cortina de propaganda e a formidável máquina de informação criada por este governo, é que ainda vão sustentando a fraude orçamental montada logo em 2005 pela prestimosa Comissão Constando.

O truque era velho. Mas a velha máxima da **mentira tantas vezes repetida, até ser tida como verdade**, em parte resultou.

Enganou, quem queria ser enganado.

Só que, mesmo esses, começam agora, três orçamentos socialistas depois, a sentir o desconforto pelo engodo em que se deixaram enredar.

Um olhar sério aos números do desempenho orçamental da responsabilidade deste governo, dissipa dúvidas quanto ao fracasso da política seguida.

Mas convido os Senhores Deputados a acompanharem-me num exercício diferente.

Mais esclarecedor: o grande erro apontado a este governo é o de se preocupar em reduzir o défice orçamental do Estado, não pelo lado da receita – reduzindo-a, mas pelo lado da despesa – reduzindo-a, mas pelo lado da receita – aumentando impostos, taxas e contribuições.

Pois bem.

«Brutal e generalizado aumento de impostos que os portugueses têm de suportar para saciar a voracidade da despesa de um aparelho do Estado que

## Debate do Orçamento do Estado para 2007

os socialistas não querem reformar»

Peguem os números oficiais, do próprio governo, e pretendamos que o nível da carga fiscal, a receita dos impostos, se mantinha para 2007, corrigido da inflação, exactamente igual ao que existia em 2004, antes da governação socialista.

**Com essa carga fiscal e com o valor da despesa que o governo tem para 2007, o défice orçamental não seria os 3,7% previstos, mas sim 6,3%.**

Repito, 6,3% de défice.

Isto dá bem a medida do brutal e generalizado aumento de impostos que os portugueses tiveram, e têm, de suportar nestes três orçamentos, para saciar a voracidade da despesa de um aparelho do Estado que os socialistas não querem reformar.

É certo que embora este valor tenha esmagadoramente a ver com os aumentos de impostos, ele também incorpora os ganhos no combate à evasão fiscal.

Tire-se-lhe, já calculando generosamente por excesso, ganhos de até um ponto percentual, e ainda nos ficará um défice na ordem dos 5,3%, acima do verificado em 2004, contas fechadas e descontadas as receitas extraordinárias.

É obra!

É este o retrato do peso real da despesa decidida por este governo.

Convido-vos agora para um segundo exercício, que comprova igualmente outra crítica central apontada ao governo.

A crítica é esta: incapaz de reformar o aparelho do Estado, o governo corta onde não o devia fazer, que é no investimento.

Peguem então nos valores do investimento, e pretendamos que se mantinham, em 2007, exactamente ao mesmo nível que registaram em 2004.

**Com o mesmo nível de investimento, o défice deixaria de ser 3,7% para se situar em 4,1%.**

E estou a comparar o executado em 2004, em que as contas estão fechadas, com o previsto para 2007, sabendo-se que o executado ficará sempre aquém dos 100%, logo, que este diferencial tenderá a aumentar.

Eu sei que estas são as contas que o governo quer esconder e de que não gosta de ouvir falar.

Mas é esta, Senhores Deputados, a verdade da política orçamental socialista.

Aumentar impostos, sacrificar o investimento para realizar sempre mais despesa, continuar a engordar o aparelho do Estado.

É por isso que, como aqui referiu o Presidente do PSD, este não é o orçamento e estas não são as políticas que o PSD defende.

O Presidente do PSD fez o que não me recordo de alguma vez ter sido feito por uma partido na oposição.

**Pela primeira vez, o líder da oposição apresentou propostas alternativas às políticas do governo nas áreas essenciais do Orçamento – a despesa, a receita e o investimento.**

Propostas que não contêm qualquer aumento de despesa ou quebra de receita. Antes diminuem aquela e favorecem a justiça fiscal.

Com coragem reformadora, não se ficou pelos lugares comuns, e mais fáceis, de apontar cortes nas empresas públicas ou nos projectos faraónicos.

Avançou antes propostas concretas em áreas difíceis, mas que são aquelas que verdadeiramente pesam na estrutura da despesa – a saúde, a educação, o próprio aparelho do Estado.

Como o fez em relação a uma maior justiça e competitividade fiscal.

**A proposta inovadora de criar um novo escalão em IRC, dirigido essencialmente às micro e pequenas empresas, é algo que merece ter o apoio desta Câmara.**

Assim como a proposta de tributar menos, quem tem uma só casa de habitação, tributando mais, quem tem uma segunda ou terceira habitação.

É uma medida de justiça que, preconceitos partidários à parte, todos compreendem e seguramente aceitarão.

Como referiu o Dr. Marques Mendes, não se trata de um orçamento alternativo. Nem isso é permitido à oposição.

Trata-se de ser coerente e consequente com a crítica ao modelo que está a ser seguido, apresentando propostas concretas que mostram que

existe um caminho diferente, com outra ambição, outra visão de futuro e que representam uma verdadeira mudança em relação ao modelo fracassado que o governo insiste preservar.

Foi isso que deixou o governo e a maioria sem discurso e com notória irritação neste debate, o que os levou, como habitualmente, para a tentativa de denegrir as propostas em vez de as debater com seriedade.

**Num acto de consciente desonestidade intelectual, ouvimos mesmo o Ministro das Finanças repetir a mentira sobre as propostas do PSD, chamando despedimento ao que propomos como rescisões amigáveis, e privatização onde propomos contratualização de serviços.**

Já não sei se é complexo, se é desespero.

Mas que é desonesto, não há dúvida.

Quem acompanhou este debate ter-se-á seguramente apercebido de como as coisas mudaram em relação ao debate do ano passado.

O triunfalismo arrogante do Primeiro-Ministro deu lugar a uma nervosa insegurança, a que não faltaram as manobras de diversão próprias de quem se sente acossado.

Percebe-se.

O debate na Casa da Democracia é bem diferente dos palcos preparados para autênticos tempos de antena, como os que o Governo quase semanalmente realiza no serviço público de televisão.

Aqui, o Governo não passeia a sua propaganda sem réplica.

Aqui, há pluralismo de expressão.

Aqui, há confronto de opiniões entre o poder e a oposição.

Desse confronto resultou clara a falência dos números esgrimidos pela propaganda governamental.

O Primeiro-Ministro sabia que ia ser assim, e isso explica a fragilidade da sua intervenção.

Mas o Primeiro-Ministro tinha mais uma preocupação a atormentá-

lo: o Congresso do seu partido no próximo fim-de-semana.

E nem a solenidade institucional do momento o inibiu.

**Mais uma vez cedeu à confusão promiscua entre a sua função de Primeiro-Ministro e o seu papel enquanto Secretário-Geral do partido socialista.**

Num puro acto político para consumo interno, destinado a apacar a enorme frustração ideológica que grassa entre os seus camaradas, o Secretário-Geral do partido socialista, que é Primeiro-Ministro, anunciou como Primeiro-Ministro, aos militantes de que é Secretário-Geral, que vai pôr a banca na ordem.

A reacção de fiscalistas independentes não se fez esperar e foi unânime: trata-se de medidas, ou até de simples avisos como disseram alguns, mais de natureza política do que propriamente eficazes.

Não vão alterar nada e terão um efeito prático marginal.

Sinceramente, não creio que o senhor Primeiro-Ministro tenha ficado muito surpreendido com essa leitura demolidora.

Os efeitos práticos efectivamente pretendidos, são os colaterais.

É o silenciamento das vozes de descontentamento que não quer enfrentar no seu congresso partidário.

É a necessidade de dar um toque de esquerda, para evitar os remoqueos internos de estar a governar com uma política à direita.

Amanhã se verá se iludiu os mais incautos.

A tudo isso, senhores Deputados, por força da maioria absoluta que tem no Parlamento, o Orçamento do Estado apresentado pelo Governo vai, sem surpresa, prevalecer na votação que a seguir faremos.

Faço votos é para que o bem-estar das famílias e das empresas portuguesas possam também prevalecer, apesar de mais este Orçamento socialista. – Lusa, Gab. Imp. PSD



Notícias do Algarve

## Mendes Bota pede o balanço do “Portugal Summer”

De forma inesperada, em Julho passado e já em plena época alta do Turismo, o Governo anunciou a vontade de gastar um milhão e meio de euros em meia dúzia de eventos e iniciativas, com o objectivo de impulsionar o turismo do Algarve.

Desde logo, duvida-se da utilidade prática de eventos lançados numa altura em que os turistas já cá estão, ou, se não estão ainda, há muito estão feitas as reservas e os contratos com as agências de viagens que os trarão.

Aconteceu que nenhum dos eventos levados à prática teve qualquer impacto internacional, antes se adicionando a centenas de iniciativas similares que, quer a Região de Turismo do Algarve, quer as autarquias locais, prodigamente organizam nesta época do ano.

Infelizmente, o resultado visível variou entre o fracasso, a redundância e o esbanjamento de dinheiro público.

Desde logo, estultice será pretender retirar-se de um conjunto de banquetes para auto-exibição de um vistoso naipe do chamado “jet-set” nacional, qualquer contributo para o incremento do número de turistas para o Algarve.

O espectáculo Algarve Rocks 2006, realizado no Estádio do Algarve, previsto para 30.000 espectadores, não terá merecido a

atenção de mais do que 2.500, a fazer fé nos relatos da comunicação social. Um fiasco monumental!

O apoio a um evento já existente e consolidado, e de mérito firmado há muitos anos - o Vale do Lobo Grande Champions - falhou naquilo que seria verdadeiramente importante: romper as barreiras da transmissão televisiva para o estrangeiro.

O espectáculo da Tourada à Portuguesa, em frente a um hotel de cinco estrelas de Vilamoura, praticado num recinto desmontável, sem condições de qualquer espécie à altura da categoria do local onde se implantou, foi palco de uma situação surpreendente.

Em metade da bancada, apinhou-se uma legião de convidados e amigos dos filhos dos convidados, pressupostamente, gente importante para a expansão e divulgação do turismo algarvio, em contração com a outra metade da bancada semi-vazia, onde deveriam estar os turistas pagantes, mas que primaram pela ausência.

Assinale-se que a tourada no Algarve, só tem tradição em Vila Real de Santo António, dada a vizinhança espanhola, e o “bull fight” que se pratica em Albufeira, há muito que deveria ter sido proibido, por falta de condições do recinto, e por

desvirtuamento do espectáculo.

Houve 100 privilegiados, importaria conhecer os critérios da escolha, contemplados com uma subida de barco rio Arade acima até Silves, onde os esperava um banquete medieval, entre outros festins. Se não foram jornalistas ou operadores turísticos, duvida-se da utilidade e do impacto promocional de tal despesa. Quanto custou ao erário público?

Quanto custou aos cofres do Estado a Gala de Verão para 800 convidados, numa unidade hoteleira de luxo? Quais as 15 praias contempladas com o programa de incentivo à prática do Golfe, e quantos adeptos potenciais foram atraídos em cada uma delas?

Sobre o concurso do Melhor Apoio de Praia, importaria saber quem foi premiado, e qual a composição do júri.

No comunicado emanado do Governo, em Julho passado, anunciava-se que “até final do ano, o segmento MICE será também fortemente reforçado com a abertura do Pavilhão do Arade, o primeiro centro de congressos do Algarve”. Esta afirmação demonstra grande desconhecimento quanto ao desenrolar da obra.

Já agora, pergunta-se: para quando prevê o Governo, hoje, a

abertura ao público do Pavilhão do Arade?

Finalmente, importa clarificar se o Governo considera ou não que todas as verbas que puderem ser disponibilizadas para promover o Algarve são necessárias, desde que cumpram alguns requisitos:

a)- Aplicadas atempadamente, e não no último momento;

b)- Aplicadas em eventos e acções que façam a diferença e sejam notórios em termos internacionais;

c)- Aplicadas prioritariamente com os agentes da comunicação social, os operadores turísticos, e na captação de turistas lá fora.

Passado o Verão, é tempo de prestação de contas do PortugalSummer. Gastou-se o milhão e meio de euros, ficou-se aquém, ou ultrapassou-se essa verba? Quanto se gastou com cada iniciativa? Qual a comparação entre os objectivos anunciados e os resultados práticos?

Nestes termos, e ao abrigo das disposições regimentais, legais e constitucionais, requero a Vossa Excelência se digne obter do Ministério da Economia e da Inovação, uma resposta clara, inequívoca e directa, ao conjunto de questões suscitadas no corpo do presente requerimento. - **José Mendes Bota**

Notícias de Aveiro

## “Um olhar sobre artistas portuguesas do Terceiro Milénio”

A Câmara Municipal de Aveiro no âmbito do seu programa de actividades culturais, realiza uma exposição de Arte Contemporânea “Um Olhar sobre Artistas Portuguesas do Terceiro Milénio” que estará patente desde hoje até 30 de Dezembro, que pode ser visitada todos os dias, das 10.00 às 17.00 horas, no edifício da antiga Estação de Caminhos de Ferro e no Salão Nobre do Teatro Aveirense em Aveiro. A entrada é gratuita e a exposição encerra na véspera de Natal, Natal e Ano Novo.

A exposição tem como principal objectivo dar a conhecer um conjunto de obras de arte contemporânea portuguesa que vão constituir o Projecto “Avenida Arte Contemporânea”, no seguimento do

protocolo assinado em Julho do presente ano, entre o Instituto das Artes, a Câmara Municipal de Aveiro e a Universidade de Aveiro. Esta exposição integra-se no Projecto “Criar Comunidades à Volta do Património” co-financiado pelo Programa Operacional de Cultura.

No âmbito da Colecção de Arte Contemporânea, a cidade de Aveiro recebeu já 85 obras das décadas de 60, 80 e 90 que constituirão a exposição que abrirá na próxima Quarta-feira. Deste conjunto de trabalhos, destacamos uma obra emblemática da década de 90, intitulada: “Sicvt Dolor Meus” de Julião Sarmento que poderá ser apreciada no Salão Nobre do Teatro Aveirense, extensão da exposição “Um Olhar sobre Artistas Portuguesas do Terceiro Milénio”



## Notícias de Aveiro

que estará patente no edifício da antiga Estação dos Caminhos de Ferro.

Nesse edifício estarão expostas obras de pintura (José Mouga, Catarina Baleiras e Júlio Resende, entre outros), fotografia (um conjunto de 30 poses de artistas contemporâneos nos seus locais de trabalho da autoria de Cyril Bailleul) e escultura.

Lembramos ainda que o protocolo entre as três entidades, Instituto das Artes, Câmara Municipal e Universidade de Aveiro, constitui na cedência de 262 obras de arte contemporânea produzidas entre 1960 e 2000, de diversos artistas, tais como, Júlio Resende, Carlos Calvet, João Charters de Almeida, Julião Sarmento, António Sena, Almada Negreiros, Carlos Botelho, Vieira da Silva e Bernardo Marques, entre outros. As expressões artísticas de referência são o abstraccionismo, expressionismo, realismo, pop'arte, arte conceptual, modernismo, entre outras.

A cedência deste acervo patrimonial à Câmara Municipal de Aveiro e à Universidade de Aveiro permite, às duas entidades, organizar mostras expositivas em vários

espaços da cidade, bem como estabelecer permutas e intercâmbios com organismos homólogos da Europa, promovendo, assim, a divulgação artística das obras do referido acervo e da arte contemporânea portuguesa.

Importa referir que a Câmara Municipal de Aveiro detém com a tutela administrativa e financeira do acervo, sendo que a Universidade de Aveiro assume a tutela científica, competindo-lhe, entre outros aspectos, valorizar, estudar e investigar o acervo cedido, bem como elaborar um projecto educativo tendente à formação de monitores para acompanhamento de visitas guiadas, exposições e iniciativas associadas.

No âmbito desta parceria surge o Projecto "Avenida de Arte Contemporânea" que tem por objectivos a instalação, conservação, valorização e exposição de uma Coleção de Arte Contemporânea em Aveiro, cuja casa sede será o edifício da antiga Estação de Caminhos de Ferro. A gestão e a administração da colecção estarão a cargo de uma entidade constituída por representantes nomeados pela

Câmara Municipal de Aveiro – Ana Gomes e Universidade de Aveiro – Margarida Almeida sendo a coordenadora da Entidade Gestora Maria da Luz Nolasco.

Este acervo constitui, na actualidade, objecto de reflexão

sobre o papel desempenhado pelos movimentos artísticos gerados no âmbito desta produção abrem-se inúmeras perspectivas de estudo, de pesquisa e de avaliação da vida cultural do país e da relevância sócio-económica que as artes



consistente sobre o panorama das artes em Portugal. Associado aos artistas que produziram estas obras e

desempenharam, em dado período do tempo, no contexto nacional e internacional. – **CM Aveiro**

## Notícias de Cascais

# Apresentação Pública de Projectos no âmbito do POOC Cidadela/Forte de S. Julião da Barra

A Comissão do Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) e a Câmara Municipal de Cascais apresentaram na terça-feira, dia 14, no Centro de Interpretação Ambiental da Ponta do Sal, os projectos correntes no âmbito do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Cidadela/Forte de S. Julião da Barra.

A cerimónia contou com as presenças do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Francisco Nunes Correia, e do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, João Ferrão.

Nesta sessão foram apresentados os Projectos do "Concurso para a Atribuição de quatro concessões em Domínio Público Marítimo nas Praias abrangidas pelo POOC Cidadela/S.Julião da Barra" que se destacaram pela qualidade das propostas de requalificação das estruturas existentes, actualmente devolutas e em estado de degradação.

Na mesma ocasião foi também



divulgado o projecto de arranjos exteriores da Praia das Avencas/Parede, área de valor patrimonial reconhecido, classificada pelo POOC como "Zona de Interesse Biofísico".

Encerramento das comemorações do 25.º Aniversário do Parque Natural Sintra-Cascais

As Câmaras Municipais de Cascais e Sintra e a Direcção do Parque Natural de Cascais promoveram no dia 13 de Novembro, uma sessão/debate que assinalou o encerramento das comemorações do 25.º aniversário do Parque Natural Sintra-Cascais.

Durante um mês, encontros,

palestras, concertos, exposições e a edição de um livro comemorativo serviram para relançar o debate sobre a importância desta área protegida.

Recorde-se que o Parque Natural de Sintra - Cascais foi criado em Março de 1994 pelo Decreto Regulamentar nº 8/94, por reclassificação do anterior estatuto de Área de Paisagem Protegida de Sintra Cascais, abrangendo cerca de 14 mil hectares, entre a Cidadela de Cascais e a foz do Rio Falcão, no limite norte do concelho de Sintra.

Ainda nesta ocasião foi apresentada a Agência Cascais Natura. Com a constituição desta agência, a Câmara Municipal de Cascais dá um passo em frente na aplicação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável do Parque Natural Sintra-Cascais, numa política que visa a preservação de grandes espaços naturais para utilização pública e usufruto das populações.

A sessão teve lugar no Salão Nobre dos Paços de Concelho.

– **CM Cascais**

# Aviso: Câmara alerta para a existência de falsos funcionários a realizar vistorias a imóveis na zona da Baixa-Chiado

O pelouro do Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa, tutelado pela Vereadora Gabriela Seara, alerta os municípios para a existência de indivíduos que se fazem passar por funcionários da autarquia e/ou das Sociedades de Reabilitação Urbana, conseguindo desta forma introduzir-se nas habitações.

Esta situação tem vindo a verificar-se com maior regularidade na zona da Baixa-Chiado, onde os falsos funcionários se apresentam nos imóveis fora das horas normais de expediente com a justificação de que se encontram no local para realização de vistorias.

Face a esta situação, a Câmara de Lisboa avisa os municípios que as vistorias, ou qualquer outro tipo de visita realizada por funcionários da Câmara de Lisboa ou de qualquer outra entidade a ela afecta, efectuem-se única e exclusivamente durante os dias úteis no período da manhã entre as 9h30 e as 12h30 ou no período da tarde, das 14 às 17h30.

Mais se informa, que todas as vistorias são marcadas através de uma notificação escrita enviada para a morada do proprietário do imóvel.

A autarquia avisa ainda que sempre que confrontados com este tipo de situação e, em caso de dúvida, os municípios devem sempre requerer a identificação dos intervenientes, a sua qualidade e em representação de que entidades actuam. Todos os fiscais estão identificados e têm de estar munidos de cópia da notificação enviada.

## Lisboa presente no Barcelona Meeting Point 2006

Lisboa marca mais uma vez presença numa das principais Exposições Internacionais de Urbanismo e Imobiliário, o Barcelona Meeting Point - BMP - que se realizou pela 10ª vez consecutiva, em Barcelona, de 7 a 9 de Novembro. A representação oficial da Câmara Municipal de Lisboa foi assegurada pelo Prof. António Carmona Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e pela Eng.ª Gabriela Seara, Vereadora do Pelouro do Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana e Dr. João Pessoa e Costa, Presidente da AMBELIS, que participaram no “Jantar de



Presidentes”, oferecido pelo Sr. Jordi Herreu, Presidente da Câmara de Barcelona, no dia 8 de Novembro.

O Município de Lisboa esteve presente numa organização assegurada pela AMBELIS que, para além da Câmara Municipal de Lisboa, irá garantir a presença de empresas com actividade e projectos urbanos em Lisboa.

A feira decorreu numa área de 18

e obter informações.

Os objectivos principais da presença de Lisboa no BMP 2006 passavam pela captação de investimento, a promoção institucional de Lisboa e o reforço da cooperação internacional, sob o lema “Lisboa, esta é a Cidade”.

Nesta mostra foi apresentado um conjunto de grandes projectos

Urbano - revisão do PDM, estudos urbanos, carta de situação e loteamento do Alto dos Moinhos - e também informação geográfica.

Outro conjunto de projectos apresentados mostra Lisboa como o palco dos grandes eventos internacionais - Euro 2004, Taça UEFA 2005, rali Lisboa / Dakar, Rock in Rio, Tall ships Race 2006 e Waterfront 2007.

Como cartão de visita da representação de Lisboa tivemos a maquete da cidade à escala 1.2500, que leva o visitante a projectos concretos, apresentados noutras maquetas, como é o caso do projecto da Praça de Entrecampos - EPUL.

O BMP organizou ainda, de 7 a 9 de Novembro, um simpósio constituído por vários oradores internacionais, no qual se transmitiu os pontos de vista dos profissionais mais influentes no que se refere a assuntos da indústria imobiliária nos dias de hoje: David Chipperfield (da David Chipperfield Architects), Michael MacBrien (Director Geral da Federação Europeia de Imobiliário) e Joaquin Ribeiro (da Sonae Sierra).

Um dos pontos altos da representação de Lisboa foi o cocktail oferecido pela Câmara Municipal no dia 8 às 18H00 - e para o qual foram convidados cerca de 2.000 convidados nacionais/internacionais, proporcionando-se assim, uma vez mais, o encontro de especialistas de diferentes áreas relacionadas com as questões das cidades.

- ©CM Lisboa



mil m2. A edição do ano passado contou com mais de 21 mil visitantes, a participação de 630 empresas e de 21 países expositores, esperando-se este ano ultrapassar esses números.

No stand de Lisboa, numa área de cerca de 500 m2, os visitantes tiveram acesso a diversos painéis informativos, puderam consultar diversas maquetas de projectos, para além da maquete de Lisboa, visualizaram diversos filmes

estruturantes que têm vindo a ser desenvolvidos na capital - Praça de Entrecampos, Aterro da Boavista, Braço de Prata, Agência Europeia de Segurança Marítima e Baixa Pombalina.

No âmbito do reforço da cooperação internacional, divulgação, recolha e troca de informação e experiências sobre os modelos de gestão de cidades, foram apresentados projectos da área do Planeamento



Notícias da Madeira

## Alberto João Jardim critica discurso do Primeiro-Ministro no debate do Orçamento-2007

O presidente do Governo Regional da Madeira classificou hoje como “mal educado”, “mentiroso” e “doentio” o discurso do Primeiro-Ministro, na abertura do debate na generalidade do Orçamento de Estado para 2007, na Assembleia da República.

“No que me diz respeito, acho que o discurso do Primeiro-Ministro (no Parlamento) é mal educado, é mentiroso e é doentio”, disse Alberto João Jardim, à margem da apresentação do Centro Comercial Dolce Vita Funchal, da Amorim Imobiliária e do Banif.

Na sua intervenção, José Sócrates tinha acusado o presidente do PSD, Marques Mendes, de “apoiar a indisciplina financeira” e dar cobertura à “resistência ao cumprimento da lei” do presidente do Governo Regional, por “solidariedade partidária”.

“É mal educado - explicou João

Jardim - porque faz um ataque pessoal quando ele sabe muito bem que não estou na Assembleia da República para lhe poder responder à letra, como responderia”.

“É um discurso mentiroso - continuou - porque quem revela despesismo e incompetência é este governo do secretário-geral do PS.

Veja-se o que é este orçamento, veja-se o recente acordo delirante e desastroso sobre Cahora Bassa, veja-se a recente compra de umas fragatas em segunda mão à Holanda. E bastam estes três exemplos, senão estava aqui o dia todo”.

“É doentio - concluiu - porque o secretário-geral do PS revela uma obsessão fixada na Madeira e na minha pessoa que merece uma atenta e cuidada análise clínica”.

O Centro Comercial Dolce Vita Funchal tem 16.000 metros quadrados, 54 lojas, supermercado, restaurantes, “health club” e outros



serviços.

Fica localizado no projecto Funchal Centrum que envolve ainda habitação, um hotel e escritórios.

O Dolce Vita representa um

investimento totalmente privado, de 30 milhões de euros e será inaugurado em 2007.

– Fonte: Lusa

## Oposição à nova Lei faz quase o pleno na Madeira

A nova proposta de Lei das Finanças das Regiões Autónomas conseguiu uma invulgar aliança entre o Governo da Madeira e oposição, de direita e de esquerda, na contestação às novas regras, com a única excepção dos socialistas.

Na base desta contestação, promovida pelo PSD, com o apoio do CDS/PP-M, PCP-M e BE-M, está a redução progressiva dos apoios do Orçamento do Estado para a Região Autónoma da Madeira, que poderá atingir, já em 2007, os 34 milhões de euros.

Na contra-proposta à legislação elaborada pelo Executivo de Lisboa, o Governo madeirense lembra que a redução das transferências do Estado atingirá, em 2013, data final do próximo Quadro Comunitário de Apoio), os 295 milhões de euros.

Em paralelo, decorrerá a diminuição dos apoios da União Europeia, pelo facto da Madeira ter saído das “Regiões de Objectivo 1” - menos de 75 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita - que significa uma redução de fundos de 207 milhões de euros, o que totalizará um corte financeiro de 502 milhões de euros em sete anos.

Governo Regional e Assembleia Legislativa (AL) alegam que a nova legislação apresentada pelo Governo central do PS atenta contra princípios da Constituição da República e do Estatuto Político-Administrativo, designadamente o de que, em caso algum, as verbas a transferir pelo Estado podem ser inferiores ao montante do Orçamento do ano anterior.

Por essa razão, o Grupo Parlamentar do PSD-M na Assembleia Legislativa solicitou já o veto do Presidente da República ao novo diploma.

Esta proposta de lei fez aumentar a crispção entre o Governo Regional e o Governo da República, com o líder madeirense Alberto João Jardim a acusar o executivo de José Sócrates de “ataque político à Madeira, através da instrumentalização partidária de meios financeiros do Estado”, de pôr em causa a “coesão nacional” e de provocar um “garrote financeiro-político” apenas pelo facto da Madeira subscrever, há 30 anos, opções políticas sociais-democráticas.

Jardim acusa ainda o Governo da República de desenvolver uma

estratégia para dificultar a governação madeirense, visando as eleições legislativas regionais de 2008.

O primeiro-ministro, José Sócrates, tem uma “obsessão fixada na Madeira e na minha pessoa, que merece uma atenta e cuidada análise clínica”, afirma mesmo o social-democrata que dirige os destinos da Madeira há três décadas.

No que diz respeito aos partidos com assento na Assembleia Legislativa, Coito Pita, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD-M na AL, critica que as regras não podem ser mudadas a meio do jogo (programa governamental 2004 - 2008): “É inexplicável que a meio do mandato se proceda a uma alteração radical da Lei, que prejudica a Madeira e beneficia os Açores”.

“Há uma manifesta intenção de prejudicar a Madeira mas quem vai ser prejudicado, em toda esta história, não é o doutor Alberto João Jardim, nem o PSD-M, mas sim o povo madeirense, devido ao propósito político do “gigante” Sócrates em derrotar o PSD-M”, salienta.

Para José Manuel Rodrigues, líder do CDS/PP-M, o Governo da República a panhou a boleia do PIB

como indicador da riqueza nacional (121 por cento) “para um ajuste de contas políticas que, em última instância, vai prejudicar, gravemente, não a governação regional do PSD, mas a vida dos cidadãos, famílias e empresas da Madeira e do Porto Santo”.

Idêntica opinião manifesta o deputado independente, João Isidoro (saído das hostes do PS-M): “a Região está a ser fortemente penalizada e a ideia que fica é a de que existem razões político-partidárias no meio de toda esta questão e quem está a ser penalizados são os madeirenses e a economia da Região”.

O deputado do PCP, Edgar Silva, considera também que a proposta de Lei é “muito negativa” e “um atentado contra referências basilares do regime autonómico”.

A deputada do BE-M, Violante Matos, salienta ser necessária transparência, rigor e disciplina nas finanças regionais mas acrescenta não ter dúvidas que a Lei “é fortemente penalizadora e a Região vai sofrer no seu conjunto”.

– Fonte: Lusa



# Vereadores do PSD recusam parecer sobre as propostas da Carta Educativa do Concelho de Ovar

Os vereadores do PSD na Câmara Municipal de Ovar não estão em condições de dar parecer sobre as propostas da Carta Educativa do Concelho de Ovar pelas seguintes razões fundamentais:

1. Não é um exemplo de boa prática democrática que os vereadores do PSD tenham sido convocados para esta reunião sem que lhes tenha sido enviado previamente qualquer documento referente à Carta Educativa que foi apresentada nesta reunião.

2. Apesar dos nossos inúmeros e insistentes apelos, não fomos convidados a participar neste processo de elaboração de um tão importante instrumento de planeamento e gestão da rede escolar concelhia, que tem um prazo de vigências de 20 anos e, portanto, não se circunscreve temporalmente ao presente mandato. Pelo contrário, diz respeito ao futuro e aos próximos mandatos autárquicos. Por isso, seria no mínimo recomendável que os vereadores do PSD pudessem participar activamente, como era a nossa vontade e disponibilidade.

3. Não nos resignamos perante esta situação.

4. Outro ponto com o qual não podemos pactuar, é o curto prazo de três dias para a consulta pública deste documento. Como é possível, que antes da reunião de câmara já esteja agendada uma sessão de apresentação pública da

Carta Educativa? Mais, como é possível, já estar agendada uma sessão da Assembleia Municipal para discutir este assunto sem que haja uma versão final com parecer favorável da Câmara Municipal e verdadeiramente participada pelos agentes educativos e pela população em geral?

5. É por isso que denunciamos esta pressa e ligeireza no processo de elaboração da Carta Educativa de Ovar.

6. Os vereadores do PSD não pactuam com pressas e decisões tomadas em cima do joelho que poderão condicionar o futuro do sector educativo no Concelho de Ovar. Se há quem o faça, nós não fazemos.

7. Quando se fala que a Carta Educativa aponta para o encerramento de duas dezenas de escolas no concelho de Ovar, importa, exige-se que a população participe nessa decisão e não seja feito tudo nas suas costas.

8. E não é com o falso argumento ou com a ameaça da perda dos fundos comunitários que nos convencem. O novo quadro comunitário de apoio só será aprovado pela Comissão Europeia em Agosto de 2007 (citando o Secretário de Estado do Ordenamento do Território que esteve em Ovar na passada semana). E mais, documentos do Ministério da Educação apontam para a conclusão das Cartas Educativas durante os anos de 2006 e 2007, de acordo com um Protocolo entre o



próprio Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de Outubro de 2005

9. Então, porquê tanta pressa? Só encontramos uma explicação na falta de abertura democrática e na falta de vontade de um executivo municipal socialista que não quer discussão sobre um assunto que lhe pode ser incómodo como é o encerramento de várias escolas em todo o concelho de Ovar.

10. Aliás, este executivo socialista que tanto critica o estudo do Ministério da Saúde que aponta para o encerramento de 14 serviços de urgência em todo o país, faz

precisamente a mesma coisa nesta matéria de elaboração da Carta Educativa.

Em suma, os Vereadores do PSD não se pronunciam sobre o conteúdo da Carta Educativa do Concelho de Ovar porque só agora tomamos conhecimento da proposta técnica final.

E porque o desconhecem, não podem participar na sua apreciação.

Mais, os Vereadores do PSD defendem um maior período de discussão pública, aberta e participada a todos os agentes educativos e população em geral. - **Os Vereadores da Câmara Municipal de Ovar, Álvaro Santos, Costa e Silva e Acácio Coelho.**

## Notícias do Porto

# Orçamento da CMP em fase final de preparação

Encontra-se em fase final de preparação o orçamento da CMP para o ano de 2007. Depois de ter sido projectada a receita, está a ser, agora, ajustada a despesa.

A previsão das receitas anuais do município, decorrentes da actividade normal e das transferências do orçamento de Estado, aponta para uma quebra de cerca de 15%.

Por força da fraca actividade económica do país e, fundamentalmente, da nova Lei das Finanças Locais, a margem de manobra financeira da CMP será cada vez menor.

A quebra irá condicionar o orçamento da despesa na mesma proporção, exigindo um esforço adicional de contenção da despesa corrente.

O rigor e exigência que têm sido colocados na elaboração dos orçamentos da CMP exigirão, necessariamente, o recurso a soluções de gestão, nomeadamente a rentabilização dos seus activos não estratégicos como forma de minimizar o impacte negativo desta quebra acentuada da receita futura.

Departamento Municipal de Arquivos da CMP distinguido com Certificado de Qualidade

O Departamento Municipal de Arquivos (DMA) recebeu na pessoa do Presidente da CMP, o Certificado de Sistema de Gestão de Qualidade atribuído pela Administração da SGS - ICS (Serviços Internacionais de Certificação).

Além de Rui Rio e do Director do

DMA, Manuel Real, a cerimónia, que decorreu no Auditório da Casa do Infante, contou com a presença do Vereador da Cultura, Fernando Almeida, e de representantes daquela empresa e do Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo.

O DMA passa assim a ser o primeiro serviço central de arquivos a atingir, em Portugal, este tipo de certificação de Qualidade. Este é o quarto serviço municipal a receber o Certificado de Sistema de Gestão de Qualidade, depois do Departamento Municipal Jurídico e Contencioso, Gabinete de Auditoria e Gabinete do Município.

A atribuição do certificado surgiu na sequência da candidatura ao Programa Foral, no âmbito de um

protocolo entre a CMP e a SGS - Portugal, o que permitiu que o processo se tivesse desenrolado praticamente a custo zero para a Câmara. A implementação do Sistema de Gestão de Qualidade decorreu entre Julho de 2005 e Julho de 2006.

### Gabinetes de Auditoria e do Município continuam a assegurar qualidade

Entretanto, na passada segunda e terça-feira decorreram as auditorias de acompanhamento aos Sistemas de



## Notícias do Porto

Gestão da Qualidade do Gabinete de Auditoria e Controlo Interno (GACI) e do Gabinete do Município (GM), respectivamente.

É de salientar que em ambos os serviços não foi constatada nenhuma não-conformidade evidenciando-se, portanto, a plena exequibilidade e cumprimento dos seus sistemas com o preceituado na norma de referência, ISO 9001:2000.

Este resultado, uma vez mais, premeia e reconhece os esforços destes serviços na prática da melhoria contínua alicerçada na «*espiral da qualidade*», em que se pretende satisfazer, não só, as necessidades e expectativas dos munícipes, mas também dos seus colaboradores.

### Ministério Público arquivou queixa contra Rui Rio

O Ministério Público mandou arquivar o processo instaurado pelo IPPAR contra o Presidente da CMP e que envolvia, igualmente, o Presidente do C.A. da GOP - Empresa Municipal de Gestão de Obras Públicas, o Administrador e o Director Técnico da empreitada do Túnel de Ceuta, referente às obras da saída na Rua D. Manuel II.

Ao cabo de quase um ano e meio e decorrido um mês após a total abertura ao público daquela infraestrutura, chega-se agora à óbvia



conclusão de que as obras de segurança não constituíram qualquer incumprimento do embargo ordenado, em 2 de Maio de 2005, pela Ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima.

Os trabalhos estiveram

paralisados, como é do conhecimento público, durante a vigência do embargo, ou seja, entre Maio de 2005 e Fevereiro de 2006, tendo recomeçado, portanto, após as eleições autárquicas e com a tomada de posse da nova Direcção do IPPAR.

Recorde-se que, no âmbito deste mesmo processo, Rui Rio foi ouvido, na qualidade de arguido, no Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP), em 21 de Fevereiro de 2006.

Na decisão do despacho agora assinado pela Procuradora da República e no que respeita ao crime de dano qualificado, declara-se que «os indícios recolhidos também não permitem concluir que as obras entretanto efectuadas na sequência do embargo decretado pelo IPPAR preencham o ilícito criminal em causa».

A magistrada do Ministério Público justifica a decisão pelo facto de não haver indícios de «que tivesse sido causado dano ao Museu Soares dos Reis, afigurando-se-nos, antes, que houve perspectivas diferentes no que concerne à definição das obras de segurança necessárias para acautelar os perigos decorrentes da paralisação das obras em curso».

Ao cabo de dez longos anos chega, assim, ao fim em todas as suas vertentes o inenarrável dossier do Túnel de Ceuta; primeiro com a sua abertura total ao trânsito e, agora, com o arquivamento definitivo da queixa-crime que, antes das eleições autárquicas, a administração central moveu a Rui Rio.

– CM Porto



Notícias de Setúbal

# Orçamento de Estado 2007 em análise, em reunião promovida pela Distital e pela Concelhia de Almada

O vice-presidente da bancada parlamentar do PSD na Assembleia da República, Miguel Frasquilho, foi o orador convidado numa iniciativa conjunta da Distrital de Setúbal do PSD e a Comissão Política de Secção de Almada, realizada no dia 10 à noite, no Hotel da Costa da Caparica, com o objectivo de analisar o Orçamento de Estado de 2007.

Miguel Frasquilho começou por dizer que a economia global poderá ter, em 2007, um desempenho menos dinâmico do que em 2006. Os principais parceiros de Portugal poderão sofrer uma desaceleração económica para que contribuirão o esperado elevado preço do petróleo e a subida prevista para as taxas de juro.

O PIB deverá ser insuficiente para permitir retomar a convergência real com a Europa.

A divergência deverá acontecer pelo 6º ano consecutivo. Portugal ficará, pois, em 2007 mais longe do rendimento médio da União Europeia.

Segundo o deputado do PSD, e apesar de toda a propaganda que tem sido levada a cabo pelo Governo PS, salta à vista que os grandes agregados da despesa pública (incluindo a despesa total) aumentam o seu valor em 2007. Depois de terem sido criadas expectativas quanto a uma redução efectiva (de facto) da despesa pública, este agravamento é a um ritmo maior que em 2006 – acaba por ser o facto mais marcante deste Orçamento de Estado.

“A comparação com 2004 – o ano anterior à fraude orçamental levada a cabo pelo Governo PS em 2005 – revela-nos que os 3 anos até 2007 (isto é 2005, 2006, 2007) foram perdidos em termos de consolidação orçamental, apesar de todos os sacrifícios pedidos aos portugueses (nomeadamente as brutais e generalizadas subidas de impostos de 2005 e 2006. O maior crescimento da despesa total, da despesa corrente primária em 2007, face a 2006 (quer em termos reais, quer nominais) num sinal errado que é transmitido aos agentes e que não confirma a propaganda do Governo”, critica Miguel Frasquilho.

Nesta análise ao Orçamento de Estado para o próximo ano constata-se que a pressão fiscal atinge níveis recorde. Em 2007 as receitas correntes deverão crescer 5,7% e as receitas fiscais deverão subir 6,6%.

Sobe novamente o imposto sobre combustíveis, aumenta o imposto sobre o tabaco, continua a convergência da tributação dos reformados em sede de IRS para o caso geral. Para além disto, os reformados que invistam em fundos ou planos poupança-reforma vão deixar de receber benefícios fiscais. Sobe a taxa de contribuição mensal da ADSE para os funcionários públicos de 1% para 1,5%. Os reformados da função pública vão também passar a descontar 1% para a ADSE.

Outras alterações fiscais relevantes são a alteração do quadro legal para sujeitos passivos com deficiência; o fim da discriminação positiva dos casados face aos solteiros; o fim da isenção de IMI para imóveis de interesse público, de valor municipal e património cultural; caducidade dos benefícios fiscais ao fim de cinco anos.

No que diz respeito aos investimentos previstos para o Distrito de Setúbal no Orçamento de Estado para 2007, o presidente da Distrital do PSD, Bruno Vitorino, lamentou os cortes levados a cabo pelo Governo Socialista, que se traduziram em cerca de 40% relativamente a 2005.

Dos investimentos que foram retirados, Bruno Vitorino deu como exemplos o Convento de Jesus, os Centros de Saúde de Santo António da Charneca, de Sines e de Corroios/Vale de Milhaços, a Esquadra da PSP da Costa da Caparica, o Quartel da GNR da Charneca da Caparica, Escola Secundária da Moita, o IP 8, o IC 32, as obras de beneficiação de IC 20 e o MST, para além de outros investimentos que foram adiados.

Bruno Vitorino garante que o PSD irá continuar a lutar por mais investimento no Distrito de Setúbal e por uma melhoria efectiva da qualidade de vida das populações, que estão a ser gravemente lesadas pelo Governo Socialista.

## PSD exige a construção da Esquadra da PSP da Costa da Caparica

Uma comitiva do PSD, encabeçada pelo Presidente da Distrital de Setúbal,



Bruno Vitorino, pelo Deputado à Assembleia da República Luís Rodrigues e pelo Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, António Neves, visitou ontem a esquadra da PSP da Costa da Caparica, que se encontra em instalações provisórias há mais de 20 anos.

Acompanhados pelo comandante distrital da PSP, intendente Matias David, e pela comandante da esquadra, Idalina Borralho, os social-democratas puderam constatar “in loco” as condições de trabalho dos mais de 40 polícias que prestam serviço na esquadra da Costa da Caparica.

As instalações não reúnem as condições adequadas, pois aos edifícios antigos, de dimensões reduzidas, sem climatização e que não possuem a necessária estrutura para comportar adequadamente todos os serviços prestados pela PSP. Uma outra preocupação, são os telhados de amianto, material tóxico e altamente cancerígeno, já proibido nas construções.

Existe ainda a necessidade de um reforço de efectivos para garantir um bom serviço à população, só que as actuais instalações também não permitem esse aumento.

O presidente da Distrital de Setúbal do PSD sublinhou a necessidade da construção das novas instalações para a PSP, as quais já têm terreno atribuído e projecto aprovado pelas várias entidades, não compreendendo a retirada das respectivas verbas, do PIDDAC onde estavam inseridas.

Importa recordar que na altura do Governo PSD, o secretário de Estado da Administração Interna veio à Costa da Caparica assinar o acto de consignação para a nova esquadra, tendo estado inscritas verbas no PIDDAC para esse fim. No entanto, para 2007 o Governo PS decidiu retirar pura e simplesmente essas verbas.

António Neves afirma que a segurança é uma das suas maiores preocupações, defendendo por isso a construção de novas instalações e um aumento de efectivos numa freguesia que ronda as 20 mil pessoas, número que duplica na época balnear. – CPD Setúbal

## Encontro Nacional de secções da JSD

Realizou-se no passado dia 4 de Novembro o encontro de secções da JSD. O evento, realizado com o patrocínio da CPN-JSD, teve lugar em Vila Nova de Famalicão e contou com a participação de cerca de 200 militantes da JSD.

A iniciativa teve início pelas 15H00m, sendo que na sessão de abertura o companheiro Hugo Mesquita - Presidente da CPS-JSD Famalicão e o companheiro Filipe Marinho - Presidente da CPD-JSD Braga aproveitaram para dar as boas vindas aos participantes.

Seguiram-se os 4 painéis em que se dividiu o evento, tendo-se discutido temáticas actuais e do interesse da juventude como por exemplo: "Poder Local", "Educação: não deixes que comprometam o teu futuro", "1ª Habitação/Habitação Jovem" e "Autonomia: As políticas Regionais como factor de desenvolvimento". Em cada painel, dois militantes da JSD partilhavam com a audiência a sua visão sobre a matéria em discussão, passando-se de seguida a um animado período de debate.

No final, Daniel Figueiro - Presidente da CPN-JSD, acompanhado pelo Eng.º Ribau Esteves - Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios e pelo Dr. Jorge Paulo Oliveira - Vereador da Juventude da C.M. Famalicão presidiram à sessão de encerramento saudando a organização pela promoção da iniciativa e incitando à continuação do debate sobre temáticas importantes para a Juventude Portuguesa.



## JSD Peniche organiza jantar de Beneficência

A Juventude Social Democrata de Peniche organizou no passado dia 21 de Outubro um jantar de beneficência a favor do "Aconcheço", Centro de acolhimento de crianças que pertence ao Centro Solidariedade e Cultura de Peniche. A iniciativa conseguiu juntar 120 pessoas no Restaurante Miramar, promovendo o convívio entre amigos que se interessam pelos problemas das crianças mais desprotegidas.

A ideia de ajudar o Aconcheço não surgiu por mero acaso. Alguns dos jovens da JSD são antigos alunos de Religião e Moral da Escola Secundária de Peniche e foi nas campanhas de Natal que conheceram a obra do Aconcheço.

Para a JSD o mais importante em

iniciativas como esta é o facto de se pôr de lado o comodismo para combater a falta de oportunidades que predomina no Concelho de Peniche.

Como é do conhecimento geral, o Aconcheço acolhe crianças em risco, maioritariamente bebés e esse foi o principal motivo que levou os jotas a convidarem a comunidade a juntar-se a este evento. Após o jantar seguiu-se uma sessão de fados com os fadistas Cristina Luz, Júlio Pina e Francisco Hilário, acompanhados à viola por Gilberto Silva e à guitarra por Nuno Ezequiel.

A JSD aproveitou para agradecer a todas as pessoas que se associaram a este projecto e estiveram presentes no jantar, nomeadamente o Centro Solidariedade e Cultura,

funcionários do Aconcheço, voluntários, amigos e a todos quantos não estando presentes, contribuíram para a causa. Graças a todos, conseguimos juntar dinheiro para oferecer ao Aconcheço um frigorífico de 350 litros, fraldas, leite, papas, roupas etc.

Deixamos aqui o nosso mais profundo agradecimento a todos.

Sabemos que mudar o mundo não é coisa que aconteça de um dia para o outro, contudo... é de pequenos

gestos que se faz a mudança.

Como próximas iniciativas, a JSD pretende replantar as cerca de 35 árvores que plantou em Peniche no ano passado, em Setembro, e plantar novas árvores em todo o Concelho de Peniche. Também para 2007, os jotas já estão a preparar-se para organizar o aniversário do PSD, no dia 6 de Maio, com uma Festa no Pinhal de Ferrel, com militantes e simpatizantes, estando todos convidados a participar.



## JSD Barcelos promove convívio

A Comissão Política da JSD Barcelos reuniu no passado sábado dia 4 de Novembro na Quinta de Santoínho cerca de 1000 militantes e simpatizantes do PSD e JSD do Concelho de Barcelos. O evento decorreu entre as 20H00 e as 00H30.

Esteve presente o Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Dr. Fernando Reis, o Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Dr. Costa Araújo, o presidente da CPS-PSD Barcelos, Dr. Félix Falcão e vários elementos do PSD Barcelos, o Presidente da CPN-JSD Daniel Figueiro, o Presidente da CPD-JSD de Braga, Filipe Marinho, entre outros membros da Comissão Política Nacional.

Segundo o Presidente da CPS-JSD Barcelos - Albino Silva, referiu que objectivo principal do evento foi cumprido, tendo até superado todas as expectativas. O número de participantes face ao inicialmente esperado (Setembro) foi surpreendente.

Foi também cumprido o objectivo de criar laços de simpatia entre os diferentes grupos das diferentes freguesias. Saiu unida do evento toda a estrutura da JSD Barcelos.

Pela Comissão Política da JSD Barcelos foi dada atenção às sugestões apresentadas pelos diferentes militantes e simpatizantes da JSD e do PSD Barcelos.



## OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção de Ovar para uma sessão ordinária, a realizar no próximo dia 7 de Dezembro de 2006 (quinta-feira), às 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Ferreira de Castro, 84, 1º Esq, em Ovar, e com seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Informações;
  2. Análise da situação política.

## DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Santarém, para reunir no dia 4 de Dezembro de 2006 (segunda-feira), pelas 21h00, no Corinthia Santarém Hotel, sita na Av. Madre Andaluz, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação Política.

## LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Secção de Leiria, para reunir no próximo dia 15 de Dezembro de 2006, pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua Dr. José Jardim, n.º 32, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Análise da situação Político-partidária.

## MEALHADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Mealhada para reunir em sessão ordinária, no dia 9 de Dezembro de 2006, pelas 17h00, nos Bombeiros Voluntários de Mealhada, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Informações;
  2. Apresentação do relatório de contas 2005;
  3. Apresentação de nova Newsletter da Secção;
  4. Análise da situação Político-partidária;
  5. Outros assuntos.

## PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo do disposto no artigo 50º, n.º 2, alínea c) dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Lanhoso do PSD, para reunir em Assembleia Eleitoral no próximo dia 15 de Dezembro de 2006, pelas

20h30, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas:

O acto eleitoral decorrerá entre as 20h30 e as 22h30.

As listas candidatas aos referidos órgãos, acompanhadas dos documentos de suporte consignados nos Estatutos do PSD, terão que ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, na Sede do PSD da Póvoa do Lanhoso, no terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

## SANTARÉM

De acordo com os Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santarém, para reunir em sessão plenária no próximo dia 25 de Novembro de 2006, sábado, pelas 15h00, no Auditório da sede Distrital, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Informações;
  2. Plano de actividades e Orçamento 2007;
  3. Análise da situação política.

## VILA VERDE

Anula-se a convocatória publicada anteriormente, substituindo-se pela seguinte:

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se um Plenário Concelhio da Secção de Vila Verde do Partido Social Democrata, para reunir no dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15h00, na sede Concelhia do Partido Social Democrata, sita com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota: A eleição decorrerá das 15h00 às 18h00 do dia 16 de Dezembro de 2006, na sede concelhia do PSD, sita na Rua 1º de Maio.

As listas candidatas deverão ser entregues ao presidente da Mesa da Assembleia da Secção de Vila Verde até às 24h00 do 3º dia anterior ao acto eleitoral.



## CONSELHO DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e dos Regulamentos da JSD, venho por este meio convocar, o Conselho Distrital de Setúbal, a ter lugar no próximo dia 25 de Novembro de

2006, pelas 21 horas, no Auditório da Junta de Freguesia da Amora, sita na Rua 1.º de Maio, n.º4, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
  - 2 – Marcação do Conselho Distrital Eleitoral;
  - 3 – Análise da Situação Política.
- O Presidente da Mesa do Conselho Distrital (Nuno Lucas)

## CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Coruche, para a Assembleia Eleitoral a realizar no dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD, na Rua 5 de Outubro, n.º 19, em Coruche, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Conselheiros Distritais.

Notas:

As listas devem ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Coruche.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores.

As urnas estarão abertas das 21h30 às 22h30.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital (António Manuel Jorge)

## ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Estarreja, a realizar no próximo dia 15 de Dezembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede Concelhia, sita na Avenida 25 de Abril, n.º 47, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário.

Nota:

As listas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa, na Sede Concelhia, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do começo dos trabalhos, nos termos do artigo 23.º, 4.º

As urnas estarão abertas entre as 21 horas e as 23 horas.

O Presidente da Mesa (Pedro Matos)

## OURÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Ourém, para a Assembleia Eleitoral a realizar no dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD, na Rua Carlos Vaz Faria de Almeida, Lote 6 – 1.º Frente, em Ourém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Conselheiros Distritais.

Notas:

As listas devem ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Ourém.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores.

As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital (António Manuel Jorge)

## NÚCLEO DE CANIDELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo de Canidelo, para reunir no próximo dia 18 de Dezembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo;

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 21h30 e as 23 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia do PSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O Presidente da Mesa (Noel Gonçalves)

## NÚCLEO DE CEDOFEITA / VITÓRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo de Cedofeita / Vitória, para reunir no próximo dia 15 de Dezembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede Concelhia da JSD do Porto, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Núcleo;

2 – Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo.

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 21h e as 23 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede da Secção Concelhia da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O Presidente da Mesa (Filipe Araújo)

## NÚCLEO DE SANTO IDELFONSO

Ao abrigo dos Estatutos

Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo de Santo Idelfonso, para reunir no próximo dia 15 de Dezembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede Concelhia da JSD do Porto, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política de Núcleo;
- 2 – Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo.

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 21h e as 23 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede da Secção Concelhia da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O Presidente da Mesa  
(Filipe Araújo)

### **NÚCLEO DO BONFIM**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo do Bonfim, para reunir no próximo dia 15 de Dezembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede Concelhia da JSD do Porto, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política de Núcleo;
- 2 – Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo.

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 21h e as 23 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede da Secção Concelhia da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O Presidente da Mesa  
(Filipe Araújo)

### **SARDOAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Sardoal, para a Assembleia Eleitoral a realizar no dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD, na Rua 5 de Outubro, no Sardoal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Conselheiros Distritais.

Notas:

As listas devem ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Sardoal.

As listas devem ser acompanhadas

dos respectivos termos de aceitação e subscritores.

As urnas estarão abertas das 21h30 às 22h30.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(António Manuel Jorge)

### **ARMAMAR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Armamar, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na sede do PSD em Armamar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Viseu da JSD.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e 17h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede distrital da JSD em Viseu.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### **ARMAMAR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Armamar, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na sede do PSD em Armamar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa de Plenário.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e 17h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede distrital da JSD em Viseu.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### **CASTRO DAIRE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Castro Daire, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na sede do PSD em Castro Daire, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Viseu da JSD.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e 17h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede distrital da JSD em Viseu.

P'lo Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### **CINFÃES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Cinfães, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de

2006, pelas 17 horas na sede da Junta de Freguesia de Cinfães, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Viseu da JSD.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 17h00 e 19h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede da Junta de Freguesia de Cinfães.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### **CINFÃES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Cinfães, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 17 horas na sede da Junta de Freguesia de Cinfães, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa de Plenário.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 17h00 e 19h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede concelhia do PSD.

O Presidente da Mesa do Plenário  
(Sérgio Costa)

### **CARREGAL DO SAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Carregal do Sal, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na sede do PSD em Carregal do Sal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Viseu da JSD.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e 17h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede concelhia do PSD.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### **CARREGAL DO SAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Carregal do Sal, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na sede do PSD em Carregal do Sal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa de Plenário.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e 17h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede concelhia do PSD.

O Presidente da Mesa do Plenário

(André Pereira)

### **LAMEGO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Lamego, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na sede do PSD em Lamego, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Viseu da JSD.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e 17h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na concelhia do PSD.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### **MANGUALDE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Mangualde, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na sede do PSD em Mangualde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Viseu da JSD.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e 17h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede concelhia do PSD.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### **MOIMENTA DA BEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Moimenta da Beira, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na sede do PSD em Moimenta da Beira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Viseu da JSD.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e 17h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede distrital da JSD em Viseu.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### **MOIMENTA DA BEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Moimenta da Beira, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na sede do PSD em Moimenta da Beira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa de Plenário.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e 17h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede distrital da JSD em Viseu.

P'lo O Presidente da Mesa do



### SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de S. João da Pesqueira, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na sede do PSD em S. João da Pesqueira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa de Plenário.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e 17h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede distrital da JSD em Viseu.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### SÃO PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de S. Pedro do Sul, a reunir no próximo dia 15 de Dezembro de 2006, pelas 21 horas na sede do PSD em S. Pedro do Sul, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Viseu da JSD.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h00 e 23h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede concelhia do PSD.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### TABUAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Tabuaço, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na sede do PSD em Tabuaço, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Viseu da JSD.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e 17h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede distrital da JSD em Viseu.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### TABUAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Tabuaço, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na sede do PSD em Tabuaço, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa de Plenário.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e 17h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede distrital da JSD em Viseu.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### TAROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Tarouca, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na sede do PSD em Tarouca, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Viseu da JSD.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e 17h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede distrital da JSD em Viseu.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### TAROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Tarouca, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na sede do PSD em Tarouca, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa de Plenário.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e 17h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede distrital da JSD em Viseu.

P'lo O Presidente da Mesa do

Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Tondela, a reunir no próximo dia 15 de Dezembro de 2006, pelas 21 horas na sede do PSD em Tondela, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Viseu da JSD.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h00 e 23h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede concelhia do PSD.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### VILA NOVA DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Vila Nova de Paiva, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na sede do PSD em Vila Nova de Paiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Viseu da JSD.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e 17h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede distrital da JSD em Viseu.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### VILA NOVA DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Vila Nova de Paiva, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na sede do PSD em Vila Nova de Paiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa de Plenário.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e 17h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede distrital da JSD em Viseu.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Viseu, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas na sede do PSD em Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Viseu da JSD.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e 17h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede concelhia do PSD.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### VOUZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Vouzela, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 18 horas na sede do PSD em Vouzela, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Viseu da JSD.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 18h00 e 20h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede concelhia do PSD.

P'lo O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Eduardo Chaves)

### VOUZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoco o Plenário de Secção de Vouzela, a reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2006, pelas 18 horas na sede do PSD em Vouzela, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa de Plenário.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 18h00 e 20h00, e as listas deverão ser entregues, de acordo com os Estatutos, na sede concelhia do PSD.

O Presidente da Mesa do Plenário  
(Carlos Oliveira)